



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B4, sala 135 – Bairro São José – Cep. 99052-900- Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Mônica Aparecida Batista

A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Passo Fundo, setembro de 2011

MÔNICA APARECIDA BATISTA

**A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE
DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Letras – Estudos Linguísticos, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ercília Ana Cazarin.

PASSO FUNDO

2011

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, Antonio e Sueli, por serem os co-adjuvantes nesse processo, primeiro, porque cumpriram a missão de me dar a vida e, segundo, porque, mais do que meus progenitores, são meus amigos, confidentes e extraordinários anjos da guarda.

AGRADECIMENTOS

Fernando Pessoa escreveu que “o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

Agradecer às pessoas que tiveram um papel fundamental no percurso desta dissertação é um imenso prazer.

Por isso agradeço...

A Deus, pela força e por guiar o meu caminho.

À professora Dr^a. Ercília Ana Cazarin, pela orientação precisa, pelo incentivo constante e pelas leituras dos textos. Obrigada pelas discussões valiosas, pelo olhar atento, pela constante presença e, sobretudo, pela sabedoria e ética. Obrigada por tudo.

Aos professores Dr. Ernani César de Freitas e Dr^a. Carme Regina Schons, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições ímpares na ocasião de qualificação da dissertação.

À UPF, pelo apoio concedido, sob a forma de bolsa de estudos, o que tornou viável esta pesquisa.

À Cátia, amiga de todas as horas, pelas palavras de apoio e força, além do auxílio na digitação.

À Rosa e ao Antônio, pelo trabalho de digitação e envio de recados. Obrigada pela paciência e dedicação. Vocês são demais.

Aos meus pais, Antonio e Sueli, pelos exemplos de vida e pelo carinho constante. Obrigada pela persistência e pelo apoio. Vocês sempre estiveram presentes!

À minha irmã, Ana, pela disponibilidade e pelas conversas preciosas.

À querida amiga Sandra Roberta Catto Tombini, pela disponibilidade e pelo desprendimento na constituição do *corpus* desta pesquisa juntamente com seus alunos. Obrigada: você é uma pessoa incomparável!

E agradeço às colegas que me incentivaram o tempo todo, especialmente, à Ana Paula e à Mariele. Obrigada pela participação na minha história.

A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes.

(Ch. Perelman & L.Olbrechts – Tyteca)

Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

(Michel Pêcheux)

De fato é dentro da e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.

(Émile Benveniste)

Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra, apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

(Mikhail Bakhtin)

RESUMO

Considerando, a partir de uma perspectiva discursiva, um sujeito que se subjetiva através da língua no discurso e que pensa ser origem de seu dizer, quando retoma dizeres já expressos em outros discursos - um sujeito afetado pela história e pela ideologia -, buscamos, neste estudo, por meio de gestos de interpretação, observar como se constrói a argumentação em textos de alunos concluintes do Ensino Fundamental. Primeiramente, visitamos a Teoria da Argumentação na Língua e em seguida a Teoria da Enunciação, mas nos norteamos pela Teoria da Análise do Discurso, de linha francesa que se funda em Pêcheux, como ela vem sendo trabalhada no Brasil. Como docentes, entendemos que o discurso não deve ser visto apenas a partir de uma estrutura linguística ou ainda de um eu - aqui e agora - que tenha controle de seu dizer. Analisamos, assim, como ocorre a argumentação na perspectiva da Análise do Discurso, objetivando investigar marcas linguísticas deixadas pelos alunos a fim de perceber as diferentes posições-sujeito e os possíveis efeitos de sentido a partir do funcionamento discursivo dos argumentos apresentados. Os conceitos teóricos são aplicados a um *corpus* discursivo que foi construído a partir das regularidades presentes nos textos dos alunos, nos quais emergiram a pessoalização através do uso da marca linguística “nós”; a indeterminação/impessoalização a partir do emprego da terceira pessoa e pronomes indefinidos; a heterogeneidade discursiva. Por um funcionamento discursivo que entendemos como o vacilo do sujeito entre incluir-se ou não nas responsabilidades e/ou soluções, estudamos o enunciado dividido, atestando a diferença pela heterogeneidade no interior de uma mesma posição-sujeito. Todas essas regularidades apontam para um sujeito fragmentado que, ao produzir sua argumentação, retoma já-ditos, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, reproduzindo saberes.

Palavras-chave: argumentação – discurso – heterogeneidade discursiva - posição-sujeito – ideologia.

ABSTRACT

Parting from a discursive perspective, considering the subject someone that subjects itself through the language on the speech and that thinks to be the origin of its words, when retakes words already expressed in other speeches – a subject affected by the history and ideology – we searched in this study, by gestures interpretation, observe how it is build the argumentation on the graduating students from First School. Firstly, we visited the Language Argumentation Theory, and on the sequence, the Enunciation Theory, but we are guided by the Speech Analyzes Theory of a French line founded on Pêcheux, how it is been developed in Brazil. As teacher, we understand that the speech should not be analyzed only parting from a linguistic structure, or even from an I – here, right now – that control its speech. So, we analyzed how it works the argumentation by the Speech Analyzes perspective, aiming to investigate linguistics marks left by the students on intend to point the different subject-positions and the possible sense effects from the discursive function of the presented arguments. The theoretical concepts are applied to a discursive “*corpus*” that was build from the present regularities on the students texts, where the personification through the linguistic mark “we” came up; the indetermination/impersonality from the use of the third person and indefinite pronouns; the discursive heterogeneous. For a discursive functioning that we understand as a fault of the subject between including itself or not on the responsibilities and/or solutions, we studied the enouncement separately, attesting the difference by the heterogeneous onto a same subject-position. All this regularities point to a fragmented subject that producing its argumentation retake things already said brought by the ideology and crossed by the unconscious, reproducing knowledge.

KEY WORDS: Argumentation. Speech. Discursive heterogeneous. Subject-position. Ideology.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
1 A ARGUMENTAÇÃO	13
1.1 Argumentação – Diferentes perspectivas teóricas	15
1.1.1 A argumentação na perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua .	16
1.1.2 Argumentação e enunciação.....	18
1.2 O texto argumentativo no âmbito escolar.....	21
2 A TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO - AD.....	27
2.1 O Panorama da Análise do Discurso.....	27
2.2 Formações ideológicas.....	30
2.3 Texto e discurso.....	33
2.4 Interdiscurso, formação discursiva e posição-sujeito.....	37
2.5 Sujeito, sentido e interpretação	42
2.6 Condições de produção, intradiscurso e memória discursiva	47
2.7 Uma perspectiva discursiva da argumentação	47
3 CORPUS, METODOLOGIA E ANÁLISES.....	56
3.1 Sobre o <i>corpus</i> e a metodologia.....	56
3.2 As análises.....	60
3.2.1 Recorte discursivo 1 - Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao Homem.....	61
3.2.1.1 Bloco discursivo 1 - Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade do Homem.....	61
3.2.1.1.1 O uso da terceira pessoa remetendo à indeterminação / impessoalização do sujeito	64
3.2.1.1.2 O uso do “nós” remetendo à pessoalização do sujeito.....	73
3.2.1.1.3 O uso de pronomes indefinidos remetendo à indeterminação / impessoalização do sujeito	76
3.2.1.2 Bloco discursivo 2 – Possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade do Homem	79
3.2.2 Recorte discursivo 2 – Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a governos	83
3.2.2.1 Bloco discursivo 1 - Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos.....	84
3.2.2.2 Bloco discursivo 2 – Possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade de governos.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	105

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por determinação da Portaria Ministerial nº 391, de 07 de fevereiro de 2002, a “famosa” redação – texto argumentativo - que integra todo e qualquer processo seletivo para ingresso em curso superior, passou a ter caráter eliminatório, e cada instituição tem de fixar um mínimo a ser exigido nessa prova.

Após a publicação da Portaria Ministerial acima citada, tal tipologia textual ganhou um espaço ainda maior nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, bem como na dedicação dos alunos, uma vez que, segundo os professores de Língua Portuguesa, para “se dar bem” na elaboração desse tipo de texto, são necessários, mais do que “regras” ou “macetes”, o domínio do código escrito, uma “boa dose” de conhecimento de mundo que possa ser articulado e, entre outras exigências, capacidade de argumentar.

Assim, o estudo da argumentação precisa estar nas salas de aula, senão como qualificação para o ingresso no nível superior, pelo menos, como estratégia didático-pedagógica que ensine a pensar, desenvolvendo e aprimorando o potencial cognitivo dos alunos, necessário para o exercício da cidadania.

Reforça, porém, nosso interesse pela argumentação, a oportunidade de anos de observação e de reflexão sobre a prática de produção do texto argumentativo na escola. Tal observação se deu, de modo mais sistematizado, durante nossa própria prática pedagógica no Ensino Fundamental.

Entendemos que a relevância deste tema está em contribuir para os estudos e para a problematização de práticas textuais no âmbito escolar, oportunizando aos professores de Língua Portuguesa, possíveis contribuições para (re)significarem e (re)direcionarem metodologias e critérios sobre a produção de textos argumentativos em sala de aula, a partir da perspectiva discursiva, entendendo que há um sujeito que se subjetiva no discurso a partir de já-ditos e que acredita ser origem do seu dizer e assume posicionamentos conforme a formação discursiva em que estiver inscrito.

Nessa perspectiva, convém mencionar o fato de que a argumentação é considerada, num primeiro momento desta dissertação, como uma “característica”

da linguagem e/ou uma atividade utilizada para convencer e/ou persuadir, além de estar presente no dia a dia mediando relações pessoais.

Escolhemos como linha de pesquisa a Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux – denominada doravante de AD – em especial, porque, conforme esse autor (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, isto é, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Com isso, pretendemos analisar como, a partir de diferentes posições-sujeito, emergem e/ou configuram-se diferentes processos argumentativos em textos de alunos concluintes do Ensino Fundamental da rede pública de ensino da região Norte do Planalto Médio/RS, que abordam a temática: “Mudanças Climáticas: nós podemos evitar!”.

O objetivo geral, já citado, será perseguido a partir das seguintes questões norteadoras:

- a) Como ocorre a argumentação na perspectiva da Análise do Discurso?
- b) Quais as marcas linguísticas deixadas pelos alunos para que possamos perceber diferentes posições-sujeito presentes nos textos analisados?
- c) Quais os deslocamentos e (re)significações que podemos fazer sobre o conceito de argumentação a partir dessa teoria?

Nesse cenário, assumimos o pressuposto de que não há discurso – efeito de sentidos entre interlocutores – sem sujeito, logo, ao pensarmos a argumentação, precisamos também pensar o sujeito.

Em vista disso, baseamos nossa escolha de acordo com conceitos que consideramos essenciais para o processo de análise neste estudo. Visitamos escritos de Oswald Ducrot, Benveniste e de Eduardo Guimarães, os quais nos permitem a compreensão de como a argumentação vem sendo tratada no âmbito da semântica e da enunciação. Além disso, fazendo um contraponto com a gramática normativa, trabalhamos com autores que produzem materiais didáticos neste âmbito, como Sayeg-Siqueira, Bechara, Citelli, Vilela & Koch, Platão & Fiorin. Por meio desses estudos, observamos que tais teorias, apesar de contribuírem muito para os estudos linguísticos, não dão conta do nosso objeto de estudo, por isso buscamos uma teoria que visualiza um sujeito afetado pela ideologia. Por essa razão, apresentamos a teoria da Análise do Discurso que nos dá suporte para as análises e discussões, elencando os seguintes conceitos: ideologia, texto e discurso, interdiscurso, formação discursiva (leia-se FD), posição-sujeito, sujeito, sentido,

interpretação, condições de produção, intradiscurso e memória discursiva. Nos pressupostos, entendemos ser pertinente estudar os conceitos citados por serem de interesse ao tema aqui proposto, no entanto, isso não significa que outros conceitos não possam surgir no decorrer da dissertação.

Dividimos o nosso texto em três capítulos. No primeiro, tratamos da argumentação em diferentes perspectivas e do texto argumentativo; no segundo, desenvolvemos o quadro teórico que fundamenta as nossas análises e que explicita conceitos centrais ao desenvolvimento do tema, conforme já citado anteriormente; no terceiro e último capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos e a análise do *corpus*.

Referidos procedimentos, organizados a partir de quatorze textos, após vários gestos de (re)leituras, nos possibilitaram a seguinte proposta metodológica: as análises são apresentadas em dois recortes discursivos, nomeados conforme as duas posições-sujeito que conseguimos identificar (isso ocorre tanto em relação às responsabilidades quanto às possíveis soluções apontadas).

Em relação à posição-sujeito 1: (Recorte Discursivo 1), “Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao Homem”, registramos que este recorte se subdivide em dois blocos discursivos: 1.1 Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade do Homem; 1.2 Possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade do Homem. Da mesma forma, a posição-sujeito 2: (Recorte Discursivo 2), “ Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a Governos” é apresentado em dois blocos: 2.1. Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos; 2.2. Possíveis soluções para os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos. Vale destacar que tal divisão é de cunho didático a fim de facilitar a organização e a leitura do texto, pois a construção teórica e analítica ocorrem, concomitantemente, de modo imbricado.

Através das análises, o leitor poderá observar que o sujeito deixa suas marcas linguísticas principalmente por meio de pronomes e substantivos, como também pelo uso da conjunção adversativa “mas”. Através das posições-sujeito identificadas no fio do discurso, percebemos a inclusão e a exclusão do sujeito-aluno no discurso, esta principalmente. Inclusão, por meio do pronome “nós”, ou seja, eu e o restante da humanidade – em menor recorrência. Exclusão, pois o sujeito-aluno atribui ao “Homem” as responsabilidades pelos desastres ambientais, excluindo-se dessa humanidade, através de expressões como “o homem” e “ele”, ou seja, um

outro, em que o “eu”, o sujeito-aluno, exime-se da responsabilidade, fazendo ressoar vozes que circulam no senso comum.

Observamos também a heterogeneidade discursiva apresentada por meio do enunciado dividido, marcado pela conjunção “mas”, a qual atesta a diferença e a heterogeneidade na posição-sujeito. Todas essas regularidades apontam para um sujeito que, ao argumentar, reproduz já-ditos, interpelado pela ideologia.

Realizadas as análises, constatamos que a argumentação, na perspectiva discursiva, se dá através dos pontos de vista que são as posições-sujeito, permitindo que o sujeito evidencie alguns e silencie outros enunciados, ou seja, que ele circule por essas diferentes posições que podem apresentar contradições, falhas, equívocos, “faltas” não permitidas em teorias de tendência mais estruturalista.

1 A ARGUMENTAÇÃO

Como pretendemos, num primeiro momento, investigar pistas linguísticas deixadas pelos alunos para que possamos perceber diferentes posições-sujeito e possíveis efeitos de sentido a partir da argumentação apresentada, entendemos ser importante resgatar alguns conceitos fundamentais para a nossa pesquisa, como o de argumentação.

É fato que a questão da argumentação está presente em estudos desde a Antiguidade, uma vez que a retórica, enquanto reflexão sobre as operações argumentativas destinadas ao convencimento/persuasão do interlocutor, nasceu na Grécia entre os séculos V e IV a.C.

Zoppi-Fontana (2006, p.179), em seu artigo *Retórica e Argumentação*, expressa algumas reflexões sobre o funcionamento da argumentação e a eficácia desta para convencer e/ou persuadir o interlocutor. Esclarece que a *Retórica* de Aristóteles pode ser considerada como a primeira reflexão sistemática, teórica e prática desenvolvida sobre a arte oratória e as técnicas de persuasão (p.186). Nesse sentido, a partir de Aristóteles, especialmente nos trabalhos desenvolvidos pela retórica romana, a reflexão sobre a organização do texto em relação à persuasão se intensifica.

Ainda segundo esta autora:

O fim da década de 50 do século XX ficou marcado na história dos estudos retóricos e da argumentação pela aparição simultânea de duas obras: o livro *The uses of argument* de Toulmin, publicado na Inglaterra em 1958, e o livro *Traité de L'argumentation - La Nouvelle Retorique*, dos autores Perelman e Olbrechts – Tyteca, publicado na Bélgica no mesmo ano. Ambas as obras tiveram o mérito de colocar novamente na agenda do debate intelectual a questão da argumentação, cujo interesse tinha se ofuscado consideravelmente desde fins do século XIX (p.192).

O Tratado da Argumentação, proposto por Perelman apresenta-se, assim, como uma reflexão sobre o funcionamento da argumentação nos discursos com fins persuasivos e uma sistematização das técnicas argumentativas que contribuem para a persuasão. Dessa forma, esta obra pode ser considerada como proposta de uma teoria da argumentação.

Nessa perspectiva, Perelman (1977, p.35) afirma que o objetivo da argumentação, não é, como na demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas é o de transferir para a conclusão a adesão acordada pelo seu auditório às premissas. Em outras palavras, para o autor, o orador que pretende agir com eficácia através do discurso, deve adaptar-se ao seu auditório.

Vale aqui abriremos um parêntese para apontarmos o que entendemos por “convencimento” e “persuasão”. Para isso, buscamos em Perelman (apud ZOPPI-FONTANA, 2006) a distinção do ato de convencer do ato de persuadir. Conforme a autora,

A persuasão acontece em relação a auditórios particulares, sendo a validade das conclusões aceita unicamente por um grupo determinado de interlocutores, cujas emoções, imaginação, crenças são mobilizadas pelos argumentos. O convencimento se dá em relação a um suposto auditório universal, isto é, os argumentos (e as conclusões que se derivam deles) seriam aceitáveis para “qualquer ser de razão”. Observe-se que a diferença não radica no número de indivíduos que integram o auditório, mas na faculdade deste que é principalmente visada pelas estratégias argumentativas do orador, o que implica na separação das emoções e paixões, próprias de “um autômata”, de uma certa racionalidade, compartilhada por todos os humanos. No tratado, o auditório universal é definido como “constituído por toda a humanidade, ou pelo menos, por todos os homens adultos e normais” (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 192 - 193).

Como é possível depreendermos da citação acima, para que um argumento seja convincente, é preciso que seja universalizável e, desta forma, passível de ser aceito por todos. A efetiva diferença entre convencer e persuadir consiste na aceitabilidade dos argumentos: se restrita a um auditório particular, trata-se de persuasão; se aceitável para todos, isto é, para o auditório universal, trata-se de convencimento.

Até agora, buscamos compreender abordagens das práticas argumentativas, cuja finalidade seria persuadir o interlocutor (é o ponto de vista da retórica). No entanto, observamos a necessidade de buscarmos a teoria desenvolvida em outras áreas do conhecimento que têm se interessado pela argumentação, desenvolvendo outras abordagens. Com isso, são diversas as noções tomadas pelas múltiplas

vertentes teóricas, estando longe um possível consenso sobre o que é argumentação, quais características a definem e a diferenciam.

Diante do exposto, consideramos pertinente trazermos o que afirma Koch (2002, p.17-19) em sua obra *Argumentação e Linguagem*:

A linguagem passa a ser encarada como forma de ação sobre o mundo, é dotada de intencionalidade e veicula ideologia. Dessa forma, inverte-se a noção de que a função comunicativa é a mais importante função da linguagem. O ato de argumentar torna-se, assim, o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma intenção – avaliar, julgar, criticar, etc.

Em razão dessas características, conforme a autora, entendemos que o desenvolvimento da vida social exigiu uma ampliação do uso das formas verbais de comunicação. Com isso, a linguagem deixou de ser apenas instrumento que ajudava a nomear as coisas e passou a ser identificada como elemento de constituição dos sujeitos e dos sentidos, capaz de não apenas representar como também de criar realidades.

Nesse contexto de reflexão, portanto, a argumentação pode ser entendida como uma função da linguagem, está presente no nosso dia a dia mediando nossas relações pessoais, o que significa que, a todo momento, produzimos argumentação.

Por essas razões, consideramos importante, na próxima seção, lançarmos um olhar sobre as diferentes teorias referentes às conceituações em torno da argumentação. Não está no foco de interesse deste estudo aprofundar as descrições ou comparações desses conceitos, no entanto, consideramos importante abordar esses aspectos como subsídios para melhor entendermos a teoria da AD, teoria que considera a língua como base/materialização de processos histórico-sociais, o que observaremos nas próximas seções.

1.1 Argumentação – Diferentes perspectivas teóricas

Ao desenvolver esta seção, fazemos uma incursão pela argumentação em diferentes perspectivas a partir de teóricos como Ducrot, Benveniste,

Guimarães, para, então, no próximo capítulo, nos remetermos a Pêcheux e a outros seguidores que surgiram a partir desse precursor da Análise do Discurso.

Primeiramente, trabalharemos a partir da perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua preconizada por Ducrot e Anscombre, observando que a argumentação está na língua e o sentido é dado a partir do encadeamento do discurso. Em segundo lugar, desenvolveremos um estudo sobre a Teoria da Enunciação a partir de Benveniste, linguista que resgatou o sujeito excluído pela linguística, considerando-o a partir de um dado tempo e de um dado espaço. Ainda embasaremos nosso estudo em Guimarães, já que esse autor faz uma ponte entre os estudos enunciativos e a AD, apropria-se da noção de interdiscurso e aproxima-se da teoria de Pêcheux, trazendo para o âmbito de seu trabalho, a questão da exterioridade, o que nos permite entender a argumentação como um gesto interpretativo do sujeito, este resgatado, como já fora visto, por Benveniste.

1.1.1 A argumentação na perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua

Para o estudo apresentado, convém ressaltar que a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot, desenvolveu-se em três fases: a Forma Standart (1983) – Argumentação na Língua (Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre) -, a Segunda Forma (1988) - composta pela teoria dos Topoi e pela Teoria da Polifonia (Oswald Ducrot) – e, a terceira e atual (1995) - chamada de Teoria dos Blocos Semânticos (Marion Carel e Oswald Ducrot).

O principal pressuposto da Teoria da Argumentação na Língua é o de que a argumentação está inscrita na própria língua, sendo o sentido construído no encadeamento discursivo. A teoria de Ducrot, inicialmente, se opõe às concepções tradicionais de sentido, como a do linguista alemão Karl Bühler, o qual afirma que no enunciado há três tipos de indicações: as objetivas - representam a realidade (valor descritivo da língua); as subjetivas - revelam a atitude do locutor frente à realidade (pragmática); as intersubjetivas - se referem às relações entre o locutor e aquele a quem se dirige (atos ilocutórios, mas não deixa de ser pragmática também).

Para Ducrot (1988, p. 50 - 51), não há uma parte objetiva no sentido da linguagem, porque esta não descreve diretamente a realidade. Resumindo essa ideia, para esse autor, a descrição (ou seja, o aspecto objetivo) se faz através da

expressão de uma atitude e através também de um chamado que o locutor faz ao interlocutor, portanto, é pela relação entre locutor e interlocutor que se produzem as argumentações. O valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso. Em outras palavras, o uso/emprego de uma palavra faz/torna possível o impossível numa certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessa possibilidade ou impossibilidade de continuação discursiva que o seu uso/emprego determina.

Para tanto, Ducrot (1988, p. 51) evidenciou em suas análises que a argumentação não está nos fatos, mas no próprio semantismo das palavras da língua. Essa é a primeira forma (a Standard) que assumiu a Teoria da Argumentação na Língua, pontuando que a força argumentativa de um enunciado deve ser definida como o conjunto de enunciados que podem ser encadeados a ele em um discurso.

Mas essa forma inicial logo foi substituída pela segunda, na qual o autor afirma, segundo Barbisan (2006, p.32), que as possibilidades de argumentação não dependem inicialmente dos enunciados que servem como argumento e conclusão, mas dependem também dos princípios dos quais a teoria se serve para colocá-los em relação. Esses princípios foram designados com o nome de topoi (lugar comum argumentativo/uma crença dentro de uma comunidade). A argumentação continua sendo o conjunto de conclusões possíveis, mas é o princípio argumentativo que garante a passagem do argumento para a conclusão. Por isso, conforme Barbisan (2006, p. 32), Ducrot dedica-se a explicar como se produz a argumentação no enunciado: mantém-se, porém, a concepção de enunciado como produto das relações de subjetividade do locutor que, ao interagir com seu interlocutor, pela intersubjetividade inerente à língua, coloca sua posição sobre a realidade que toma como tema de sua enunciação, produzindo argumentação.

Na terceira fase da teoria, Ducrot recebe a colaboração teórica de Marion Carel. Nesta fase, ainda em desenvolvimento, o conceito de argumentação é novamente modificado. Trata-se agora da Teoria dos Blocos Semânticos segundo a qual, para Marion Carel (apud BARBISAN, 2006, p. 32 – 33), a argumentação não se baseia na passagem do argumento, que funciona como justificativa para a conclusão, mas em representações unitárias entre um e outro que são o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos. O argumento influencia o sentido da conclusão ou o contrário, constituindo uma unidade de sentido. É o que Carel (1997,

p. 33) denomina bloco semântico. Ainda segundo Barbisan (p. 33), para Carel, argumentar passa a ser, desse modo, convocar blocos lexicais por meio de encadeamentos que exprimem uma qualidade, positiva ou negativa que, junto com o bloco, compõem uma regra. Esses encadeamentos, vistos nessa fase da teoria como blocos semânticos, apresentam-se sob dois aspectos: um normativo em (portanto) e outro transgressivo em (no entanto). Esses dois aspectos pertencem ao mesmo bloco, portanto ambos são primitivos. Na nossa compreensão, portanto, os dois constituem um sentido único, indecomponível, que são os blocos semânticos, diferenciando-se da fase anterior dos estudos de Ducrot, na qual se acreditava ser a conclusão que definia o sentido do argumento.

Logo, com base nessas constatações, podemos entender que os estudos referentes à argumentatividade linguística iniciaram na década de 70, contrapondo-se ao tratamento informativo ou veritativo dado até então à significação. Surgem assim estudos voltados à Semântica Argumentativa, que busca explicar a significação a partir do linguístico. E é diante desse contexto, explorado inicialmente pelos franceses Ducrot e Anscombe, que o brasileiro Eduardo Guimarães faz uma leitura sobre a linguagem a partir da perspectiva da Teoria da Enunciação, que passamos a abordar no próximo item.

1.1.2 Argumentação e enunciação

Consideramos importante desenvolver um estudo a partir de Guimarães, uma vez que esse teórico considera tanto a enunciação como a análise do discurso em seus estudos, apropria-se da noção de interdiscurso e aproxima-se da teoria de Pêcheux, resgatando em suas pesquisas a questão da exterioridade e entendendo a argumentação como um gesto de interpretação do sujeito, fazendo alusão aos estudos de Benvenite, Ducrot e Anscombe.

Para Guimarães, a maneira de ver a argumentação parte das propostas de Ducrot e Anscombe, ou seja:

Como uma relação de linguagem, uma relação de significação. Ou seja, um argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação). Mais especificamente, argumentar é dar uma diretividade ao dizer (GUIMARÃES, 1998, p. 430).

Isto, segundo o autor (p. 430), significa, em outras palavras, que “argumentar é conduzir o texto para seu futuro, para seu fim”. Não se pode esquecer que estas relações são vistas como “previstas” na língua. E isto significa: a) não se está dizendo que a orientação argumentativa diga respeito a uma intenção do falante, mas que um enunciado representa uma diretividade própria da língua; b) a língua deve conter, como elemento fundamental de significação, a argumentatividade.

Assim, Guimarães (p.427) propõe uma mudança no modo de tratar a argumentatividade e recoloca os conceitos de enunciação e de sentido. Para tanto, parte do pressuposto inegável, como ele mesmo se refere, de que “a Semântica conflui para ciências como a Filosofia e a História, por exemplo, e esta confluência é propiciada pela Análise do Discurso”.

No posicionamento teórico tomado por este autor, ele move conceitos diversos dos propostos por Oswald Ducrot e seus precursores, especialmente, quanto ao que se refere ao *topos*, já que seu objetivo é explicar a argumentatividade como produto do interdiscurso, a partir da textualidade.

Antes, porém, de debruçar-se sobre estas questões, Guimarães (p. 428), convoca alguns conceitos referentes à enunciação que embasam seu posicionamento teórico. Segundo ele, sob o ponto de vista de Benveniste (1969), a enunciação é “a apropriação que o locutor faz da língua fazendo-a funcionar...”. Já para Ducrot (1984), a enunciação é “o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado caracterizando a polifonia constitutiva do enunciado” (apud GUIMARÃES, 1998, p. 428). E sob o ponto de vista da Pragmática, a enunciação é o ato de o locutor dizer alguma coisa para alguém.

Como mencionado anteriormente, Guimarães afirma que a argumentatividade é produto do interdiscurso. E isto implica dizer que a língua é, segundo ele, posta em funcionamento por uma memória nela presente, mas não explícita, a que denomina memória significativa ou memória de dizer. E este jogo de discurso é tomado pelo autor como enunciação.

Nesse sentido, Guimarães, ao apropriar-se da noção de interdiscurso, aproxima-se da Teoria do Discurso de Pêcheux porque traz para o âmbito de seu trabalho a questão da exterioridade e também já nos possibilita entender a argumentação como um gesto interpretativo do sujeito.

Em relação ao interdiscurso e à argumentatividade, o autor se reporta ao silêncio na linguagem, estudado por Orlandi no livro *As Formas do Silêncio* (1992), já que, segundo ela, o silêncio constitui a linguagem e representa não uma falta, mas um horizonte. Em suas palavras (p. 70), “O silêncio é a própria condição da produção de sentido”. E o é “como espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar”. Desta forma, “há uma incompletude constitutiva da linguagem, quanto ao sentido”. A autora, ao tratar da política do silêncio, refere-se a dois tipos: o silêncio constitutivo (fundador) e o silêncio local (a censura).

O silêncio constitutivo “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. Ele produz algo como um anti-implícito, produz “um não-dito necessariamente excluído” (apud GUIMARÃES, 1998, p.431). Este silêncio estabelece o que fica fora para poder significar. Já o silêncio local diz respeito à interdição do dizer (censura).

Diante disto, Guimarães (p. 431) reafirma que o interdiscurso (o externo à língua) é que a movimenta, ou seja, a coloca em funcionamento. E, por isso, o autor também diz que a língua tem uma autonomia relativa já que ela é também histórica.

O autor recorre à posição de Orlandi quanto ao silêncio como constitutivo da linguagem dizendo:

Para terminar, gostaria de retomar a afirmação de que a argumentação é um efeito da política do silêncio. Argumentar é, mais que estabelecer uma conclusão, silenciar outros percursos da significação textual. E este efeito do silêncio constitutivo, esta política do silêncio tem na língua marcas específicas que se põem em funcionamento na enunciação, ou seja, movimentadas pelo interdiscurso. Há algo da política do silêncio que se abriga no simbólico da linguagem: na língua. (1998, p. 434-435).

E, finalizando, este autor define a argumentação como “um procedimento próprio do funcionamento da textualidade e no sentido muito preciso de que a coesão e a consistência são determinadas, no acontecimento e enquanto acontecimento, pelo interdiscurso” (p. 434).

A compreensão do que expusemos neste item é de fundamental importância para o alcance dos objetivos que propusemos nesta pesquisa, uma vez que, tomar conhecimento destas diferentes teorias, nos ajudam a observar seus funcionamentos, como no caso, a teoria da enunciação, que trabalha com um sujeito que se insere no texto num dado tempo e espaço, isto é, um “eu, aqui, agora”. No entanto, consideramos para o nosso objeto de estudo, um sujeito afetado pela exterioridade e atravessado pelo inconsciente, retomando do interdiscurso, dizeres dispersos no tempo e espaço – um sujeito discursivo.

Na próxima seção, trabalharemos a argumentação sob a ótica do âmbito escolar, trazendo teóricos que produzem materiais didáticos, suporte para os professores produzirem práticas textuais juntamente com seus alunos.

1.2 O texto argumentativo no âmbito escolar

Entendemos ser pertinente trazer, ainda que de forma sintetizada, algumas noções básicas sobre a constituição do texto argumentativo, uma vez que este é a unidade de análise da nossa pesquisa. Para tanto, partimos inicialmente do pressuposto de que, frequentemente apresentamos ideias, as defendemos e até mesmo tentamos convencer interlocutores a concordar ou aceitar nosso ponto de vista, evidenciando que, a todo momento, produzimos argumentação.

Tradicionalmente, no âmbito escolar, o texto argumentativo caracteriza-se por declarações acompanhadas de argumentos que justificam ou fundamentam os pontos de vista apresentados pelo autor.

Nesse tipo textual, segundo Sayeg-Siqueira (1995, p. 14), o texto argumentativo, em geral, pode ser identificado a partir das seguintes partes:

- **Introdução:** nessa parte, o autor pode apresentar a ideia principal, também chamada de tese, isto é, a posição a ser defendida ou a ideia sobre a qual irá construir seus argumentos. Pode também situar o leitor em relação ao assunto;
- **Argumentos:** é o momento em que o autor passa a defender sua tese. Para tornar seus argumentos mais consistentes, o autor pode recorrer a fatos, dados numéricos, opiniões ou citações de especialistas, exemplos ou

enumerações, justificativas ou causas, comparações, análises etc., tentando transformar o leitor em cúmplice de suas ideias;

- Conclusão: encerra o texto, geralmente reafirmando a tese apresentada na introdução.

Assim, o referido autor caracteriza o texto argumentativo como a modalidade em que se exerce com maior vigor a persuasão, lembrando que sua postura é representativa da maioria dos livros didáticos que circulam nas escolas.

Um outro autor da mesma concepção de Sayeg-Siqueira, que também explicita as características do texto argumentativo é Citelli (1994). Em sua obra *O Texto Argumentativo* (1994), salienta que produzir textos dissertativos, de convencimento, persuasivos, implica formular hipóteses sobre temas a serem desenvolvidos, escolher teses e arrolar argumentos defensáveis, capazes de conquistar a adesão de ouvintes ou leitores.

Conforme Citelli (p. 29 - 30), a hipótese tem uma natureza afirmativa. São as possíveis respostas a serem dadas ao problema colocado. A tese é aquela hipótese eleita como a mais adequada para ser desenvolvida, daí a necessidade de ser justificada, comprovada, posta na situação de poder sustentar-se enquanto verdade enunciada. A argumentação é propriamente o procedimento que tornará a tese aceitável. A apresentação dos argumentos e suas provas darão a força do convencimento e da persuasão, atingindo os interlocutores em seus objetivos, visões de mundo, desejos, vontades.

A partir destas constatações, o autor destaca ainda:

Locutores e interlocutores precisam, particularmente no caso dos discursos argumentativos/dissertativos, de um certo nível de formação e informação a fim de poderem formular ou compreender o que se afirma numa certa peça de convencimento. E o mecanismo mais prático encontrado pela humanidade para formar/informar pessoas continua sendo a linguagem. (p.48)

Sendo assim, nesta concepção, ler e escrever não é, portanto, apenas uma questão de domínio do sistema da língua, mas de participação no processo dialógico, interlocutivo, que permite a recuperação, atualização e realização de textos marcados pelas variadas experiências culturais que nos circundam.

Posto de outro modo, podemos entender que a linguagem tendo dimensão sócio-histórica, e estando implicada nas relações humanas, é natural que venha a sustentar a razão de os movimentos interdiscursivos rerepresentarem-se nos atos de fala, nos textos, ajudando a formar, transformar, conformar, reformar visões que temos das coisas.

Cabe aqui ressaltar que a necessária recuperação de elementos interdiscursivos e intertextuais, como parte de um procedimento para se construir argumentos mais eficazes, citada por Citelli (1994, p. 49), foi solicitada pela professora titular da turma que oportunizou nosso *corpus*, a partir da realização de pesquisa anterior sobre o tema. Daí a razão de alguns textos, como veremos mais adiante, se referirem a outros através de citações mais ou menos explícitas.

Pesquisamos também o posicionamento de Vilela & Koch (2001), em especial na obra *Gramática da Língua Portuguesa*, em que afirmam que argumentar é procurar convencer, ou mesmo persuadir, levando o leitor/ouvinte, por meio de razões, evidências, justificativas ou apelos de ordem emocional, a ter como correta e boa determinada proposta.

Segundo estes autores (p. 545 - 546), a forma clássica da argumentação é o chamado silogismo, composto de premissas, explícitas ou não, e de uma conclusão. Conforme Vilela & Koch (p. 546), na argumentação, parte-se de algo que é conhecido e tido como condição suficiente para desencadear algo que é imposto por força do enquadramento criado.

Nesse sentido, os autores destacam que encontramos texto argumentativo em quase todos os textos, mas uma estrutura argumentativa apenas existe em textos que haja:

- uma relação entre argumentos e uma dada conclusão;
- a presença de determinadas marcas gramaticais, como o verbo ser ou equivalente na construção da proposição;
- a presença de verbos que põem em relação a causa e o efeito;
- determinados tempos, como o presente como o tempo do valor universal;
- determinados tipos de frases, como os mais adequados para a argumentação, tais como a asserção ou a interrogação, e nunca o imperativo.

Já em relação à estrutura argumentativa, os autores atestam que esta tem marcadores específicos de coesão e coerência, tais como os que marcam:

- a ordenação dos argumentos (em primeiro lugar, em segundo lugar, por último, finalmente);
- ou a conexão entre os argumentos (como: já que, assim, posto que, considerando que etc.).

Pragmaticamente, Vilela & Koch (2001, p. 547) defendem que para a construção da estratégia argumentativa, necessitamos de argumentos acessíveis ao interlocutor e que a interação entre os participantes na argumentação pode estar marcada por conectores de introdução de argumentos (já que, efetivamente, pois que etc.) e por conectores introdutórios de conclusão (portanto, então, nesse caso, etc.).

Já Platão & Fiorin (2002, p.173), autores que não se distanciam muito da linha teórica dos acima citados, defendem o ponto de vista de que todo texto tem, por trás de si, um produtor que procura persuadir o seu leitor (ou leitores), usando para tanto vários recursos de natureza lógica e linguística a que denominam procedimentos e ou recursos argumentativos. Diante dessa ideia apresentada, Platão & Fiorin (p.173 - 175), afirmam que os recursos argumentativos são praticamente inesgotáveis e destacam como primordiais:

- o texto – no caso, o argumentativo - deve ter *unidade*, isto é, deve tratar de “um só objeto” (mas é preciso não confundir unidade com repetição ou redundância);
- a comprovação das teses defendidas com citações de outros textos autorizados (um texto ganha mais peso quando, direta ou indiretamente, apóia-se em outros textos que trataram do mesmo tema);
- uso do raciocínio ou da razão para estabelecer correlações lógicas entre as partes do texto, apontando as causas e os efeitos das afirmações que produz (esses recursos de natureza lógica dão consistência ao texto, na medida em que amarram com coerência cada uma das suas partes);
- uma ideia geral e abstrata ganha mais confiabilidade quando vem acompanhada de exemplos concretos adequados;
- a refutação dos argumentos, pois quando se trata de um tema polêmico, há sempre versões divergentes sobre ele.

Platão & Fiorin (1999, p. 284), ao discordarem de que argumentar é extrair conclusões lógicas de premissas colocadas anteriormente, como no silogismo – forma de raciocínio em que de duas proposições iniciais se extrai uma conclusão necessária -, defendem o ponto de vista de que podemos convencer uma pessoa de

alguma coisa com raciocínios que não são logicamente demonstráveis, mas que são plausíveis, concluindo assim, que todo texto é argumentativo, porque todos são, de certa maneira, persuasivos. Isso nos mostra uma aproximação da concepção de argumentação proposta por Platão & Fiorin com a Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot.

O posicionamento de Platão & Fiorin (1999, p. 285 – 291), em relação aos recursos linguísticos usados com a finalidade de convencer, nos permite apresentar alguns tipos de argumentos por eles citados:

- argumento de autoridade: é a citação de autores renomados, autoridades num certo domínio do saber;

- argumento baseado no consenso: uso de proposições evidentes por si ou universalmente aceitas;

- argumentos baseados em provas concretas: as opiniões pessoais expressam pontos de vista que exprimem aprovação ou desaprovação. O argumento terá muito mais peso se a opinião estiver embasada em fatos comprobatórios. No entanto, os dados apresentados devem ser pertinentes, suficientes e adequados;

- argumentos com base no raciocínio lógico: diz respeito às próprias relações entre proposições e não à adequação entre proposições e provas. Um dos defeitos na argumentação com base no raciocínio lógico é fugir do tema. Outro problema é a tautologia (erro lógico que consiste em aparentemente demonstrar uma tese, repetindo-a com palavras diferentes). Nada é pior para convencer do que um texto sem coerência lógica, que diz e desdiz-se, que apresenta afirmações que não se implicam umas às outras.

- argumento da competência linguística: refere-se ao uso da variante culta da língua (o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz).

Como vimos, Platão & Fiorin, assim como os demais autores até aqui citados, identificam-se com uma argumentação embasada pelos princípios da Linguística Textual em que o texto é visto como uma unidade formal (início, meio e fim), e que a coesão e a coerência não aceitam contradições; o sentido é dado pelo texto que equivale ao discurso. Entendemos que as noções de texto argumentativo apresentadas até aqui, mesmo sendo de diferentes autores, representam a maioria das referências utilizadas nas escolas pelos professores de Língua Portuguesa, em especial, os das séries finais do Ensino Fundamental.

Por outro lado, na teoria da Análise do Discurso, o texto é objeto não-acabado e aberto à exterioridade, funcionando como mediador do efeito de sentido entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor e também como materialidade do discurso. Em outras palavras, para a AD, texto e discurso não são equivalentes, ou seja, texto é unidade de análise e discurso é objeto de estudo.

Segundo Indursky, na Linguística Textual,

[...] a exterioridade é secundária e não é entendida como constitutiva do texto propriamente dito [...], para a análise do discurso, mobilizar a exterioridade consiste também em ultrapassar os limites do texto e convocar o contexto [...] sócio-histórico. Neste contexto, se inscrevem os interlocutores [...] sujeitos historicamente determinados, ou seja, interpelados pela ideologia. Por conseguinte, as condições de produção de um texto relacionam este texto a sujeitos históricos, que se identificam com uma formação discursiva, e estão inscritos em lugares sociais, construídos ideologicamente (INDURSKY apud ORLANDI, 2006, p.68 – 69).

Diante da concepção de texto para a Análise do Discurso, acima citada, justificamos nossa identificação com a respectiva teoria para fundamentar este estudo, partindo da noção de texto como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo. E é sob esta vertente teórica que desenvolveremos o próximo capítulo, no qual abordaremos os principais conceitos que sustentarão as nossas análises.

2 A TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO – AD

O discurso à luz da AD é uma teia, onde dizeres se entrecruzam, formando nós em rede. É justamente por esse motivo que não se pode falar em discurso sem que sejam, ao mesmo tempo, convocados os seus constitutivos língua, sujeito e história. Dessa forma, a análise a ser realizada, de acordo com a linha de pesquisa já exposta, articula-se a alguns conceitos-chave, tais como ideologia, texto, discurso, interdiscurso, formação discursiva, posição-sujeito, sujeito, sentido, interpretação, condições de produção, intradiscurso e memória discursiva, dentre outros que poderão emergir no decorrer do trabalho.

Antes, porém, de discorrermos sobre as noções já citadas, consideramos pertinente fazermos a apresentação teórica da AD.

2.1 O panorama da Análise do Discurso

A Teoria da Análise do Discurso surgida no final dos anos 60, na França, é oficialmente inaugurada em 1969, com a publicação da obra de Michel Pêcheux denominada Análise Automática do Discurso (AAD) e com a publicação da revista *Langages*, organizada por Jean Dubois.

A partir dessa tendência, o fato de o homem se constituir como um ser de linguagem o condena a atribuir sentidos, fazendo, com isso, deslocamentos nos estudos linguísticos que tomavam como ponto de partida Saussure. Conforme escritos de Orlandi (2001, p.21-22),

Não se deve confundir discurso com “fala” na continuidade da dicotomia (língua / fala) proposta por F. de Saussure. O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

Em virtude disso, a AD rompe a dualidade língua/fala, referente aos estudos saussureanos, trazendo para o cenário linguístico o conceito de língua como base para que o discurso aconteça. Na Teoria do Discurso, a língua possui autonomia relativa, funcionando como base, lugar material em que são construídos os processos discursivos. A partir desse ponto, reconhece-se que o discurso é atravessado pela ideologia, pelo sócio-histórico.

Nesse primeiro momento, a AD, segundo Pêcheux e Fuchs (1975), visualiza um sujeito afetado por sua exterioridade, pelo social na sua historicidade e, ao mesmo tempo, atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Sendo assim, entendemos que o sujeito, ao produzir sentidos em seu discurso, está diante do ponto onde se relacionam os processos ideológicos e linguísticos. A AD surge também contra o cientificismo do modelo chomskyano da gramática gerativa por motivos semelhantes ao gesto de Saussure, pois Chomsky, ao privilegiar a competência, deixa de lado o desempenho, portanto, o sujeito e sua exterioridade.

Pêcheux, conforme Orlandi (2006), não busca explicar os fenômenos da língua e nem da gramática, mas não deixa de se preocupar com eles, visto que esses fazem parte do discurso, seu objeto de estudo. Nesse sentido, a AD vai tratar do discurso levando em conta três campos de conhecimento: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo.

Remetemo-nos ao que tece Orlandi (2006, p. 13):

Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem ordem marcada por sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo.

A mesma autora ainda acrescenta que a AD interroga a linguística, visto que esta deixa a historicidade de lado; questiona o materialismo pelo simbólico, e se diferencia da psicanálise pelo modo que ela, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como algo materialmente relacionado ao inconsciente, mas sem que esse a absorva (ORLANDI, 2001a, p. 20).

Cabe aqui esclarecer que a AD não toma esses três campos de saber e simplesmente os adiciona para formar sua teoria. Parafraseando Orlandi (2001, p. 20), a Análise do Discurso constrói metodologias adequadas para diferentes funcionamentos discursivos e tem seu objeto próprio – o discurso. Este toca os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas não se confunde com eles.

O discurso, então, é muito mais que transmissão de mensagens (informações) – é efeito de sentido entre interlocutores. Se há efeitos de sentido, esses interlocutores estão relacionados de forma simbólica, ao participarem do discurso, dentro de dada circunstância.

Dessa forma, a AD proposta por Pêcheux vê o discurso como sendo constituído simultaneamente por uma materialidade linguística e histórica, uma vez que as palavras são intrínsecas à significação do mundo pelos sujeitos, que, no uso da língua, revelam sentidos que representam as relações sociais estabelecidas.

Queremos destacar aqui que, num primeiro momento, a AD inicia seus trabalhos baseando-se num *corpus* composto de sequências discursivas oriundas do discurso político, entretanto, ao longo do tempo, passou a contemplar discursos do cotidiano em diferentes modalidades. Assim, os mais diferentes usos da língua pelos sujeitos, em condições sócio-históricas distintas, na forma oral ou escrita, podem ser objetos de análise.

Partindo dessa concepção, compreendemos que o objetivo da AD é analisar o discurso não enfatizando apenas o texto em si, mas as relações que os articulam e a posição social a partir da qual o sujeito se expressa. Portanto, para essa teoria, as condições de produção e a ideologia são constitutivas do discurso que se materializa através de textos - o texto é aqui entendido como unidade de análise e é através dele que se chega ao discurso.

Orlandi e Guimarães, em *Discurso e leitura* (2001, p. 59), ao citarem Pêcheux (1969), reafirmam que é impossível analisar um discurso como texto, enquanto superfície fechada em si mesma, “é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. Em outros termos, é preciso tomar o texto como discurso -, que deve aí ser entendido enquanto conceito teórico que corresponde a uma prática: efeito de sentidos entre interlocutores.

Portanto, na AD, não podemos pensar num sentido prévio, verdadeiro e único. O sentido para a AD sempre pode ser outro. Para sustentar esse argumento, Pêcheux (1995, p. 161) destaca que:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, e o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido.

Após o exposto, observamos que a AD é uma teoria crítica da linguagem, na qual o discurso não pode ser compreendido apenas como uma unidade significativa, mas como efeito de sentido entre os sujeitos que enunciam. É através do texto, enquanto unidade de análise, que se chega ao discurso. Mais precisamente, é através de uma dispersão de textos que se chega a um determinado discurso.

Nessa direção, para o desenvolvimento desta pesquisa, entendemos fundamental delinear algumas noções teóricas, que julgamos relevantes para a análise proposta.

2.2 Ideologia

Um dos conceitos-chave desta pesquisa é o de ideologia, uma vez que todo discurso, visto a partir da AD, é atravessado por ela. O termo ideologia foi inicialmente usado por Destutt de Tracy, em 1801, na obra *Eléments d'Idéologie*, com a acepção de atividade científica que analisava a faculdade de pensar, a gênese das ideias. Mais tarde, Karl Marx, retoma o termo, mas atribui um sentido totalmente distinto ao inicial, em *Ideologia Alemã e Manuscritos de 44*.

Segundo esse autor, as ideias se sistematizam na ideologia, na qual os homens pensam sua própria realidade de maneira deformada, ou seja, a ideologia

como uma falsa consciência, equivocada da realidade, mas necessária aos homens em sua convivência social, que pensam a realidade como determinada classe da sociedade (a dominante).

A ideologia, segundo a doutrina marxista, é um instrumento que a classe dominante possui para dominar a sociedade, fazendo com que os sujeitos pensem, ajam e valorizem o que essa classe institui como verdadeiro. Logo, Marx e Engels conferem um sentido negativo ao termo ideologia, tratando-a como uma ilusão que distorce a realidade e aliena os homens. Isso porque a produção de ideias distancia-se da realidade material.

Já na primeira metade do séc. XX, Althusser realiza um deslocamento dos conceitos estabelecidos por Marx e Engels, publicando a obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Segundo o autor, a ideologia é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 93). Essa releitura é a que vai fornecer subsídios a Pêcheux para pensar a ideologia na perspectiva da AD. Daí considerarmos importante trazer a presença de Althusser, pois é em sua teoria que Pêcheux, ao fundar os pressupostos teóricos da AD, busca referências no que diz respeito aos aspectos ideológicos que se refletem no discurso.

Na concepção de Althusser (1992, p.81-92), segundo Pêcheux, não há ideologia fora das relações, a ideologia não existe no campo das ideias, mas se constitui nas práticas do sujeito, nas suas relações sociais. Portanto, Althusser considera que a ideologia está em todo e em cada lugar social, interpelando o sujeito ao seu modo, conforme as relações que se estabelecem nesse lugar social. E é nesse contexto ainda que situa os aparelhos ideológicos de estado, os quais se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas que garantem o sistema de produção. Dentre os aparelhos ideológicos de estado (AIE), Althusser situa família, política, esportes, escolas, artes e religião, além de outros. Tais aparelhos, segundo Althusser, geram mecanismos ideológicos que garantem a dominação dos sujeitos pelo conjunto de rituais ou estatutos de verdade, impondo-lhes a evidência do real como verdades inquestionáveis, as quais o sujeito tem a ilusão de que aceita livremente.

Ao longo de sua produção teórica, Pêcheux, ao apresentar a teoria da AD, realiza alguns deslocamentos em relação à teoria de Althusser e suas próprias formulações teóricas. Nesse sentido, Pêcheux afirma:

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto complexo, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre outros “elementos”... (1995, p.145).

Diante disso, podemos dizer que Pêcheux não vê a ideologia como caracterizada pela homogeneidade, pois os sujeitos ocupam diferentes lugares sociais que, por sua vez, também não são homogêneos. Assim, é no interior das práticas discursivas que se instauram a desigualdade e a subordinação que se constituem em um jogo de forças entre classes sociais, evidenciando a contradição.

Nessa perspectiva, a AD busca estabelecer um novo significado para ideologia. Orlandi (2001, p.45) escreve que essa teoria busca “re-significar a noção da ideologia a partir da consideração da linguagem”.

Segundo esta visão,

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. (ORLANDI, 2001, p.45 – 46)

Parafrazeando Orlandi, podemos dizer que o trabalho da ideologia é construir evidências, fazendo com que o sujeito, através do imaginário, se relacione com a sua formação discursiva. No entanto, a toda formação discursiva subjaz uma formação ideológica (FI) – é pela FD que conseguimos apreender a ideologia. O sujeito enunciador é interpelado pela ideologia para produzir o seu dizer.

Nesse sentido, para Pêcheux (1995, p. 161), “... os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” e pelas formações ideológicas que lhes

são correspondentes.” Portanto, a ideologia é sempre parte de um discurso, e, como todo sujeito é também interpelado pela ideologia, não existe discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Assim, os sentidos são construídos no âmbito da formação discursiva a qual subjaz uma formação ideológica. Em discursos cotidianos, por exemplo, os sentidos parecem ser superficialmente, evidentes e simples, quando, na verdade, a ideologia esconde sua complexidade dando ao sujeito a enganosa marca de individualidade que mascara o condicionamento social a que ele se submete ideologicamente.

Segundo esse autor, a ideologia, portanto, atinge materialidade através do discurso impregnado de relações, sentidos, vozes que estão além da representação linguística, mas paradoxalmente são recuperáveis através de marcas linguísticas. Nesse cenário, assumimos o pressuposto de que ao discurso subjaz uma formação discursiva que reflete, na linguagem, uma formação ideológica, mas é pelo discurso que entendemos essa ideologia. Logo, só chegamos a esse discurso através do texto: noções estas que passaremos a abordar a seguir.

2.3 Texto e discurso

Considerando que o objeto teórico da Análise do Discurso é o discurso e sua materialidade linguística/unidade de análise é o texto, observamos a necessidade de tecermos algumas considerações sobre esses conceitos. Para tanto, realizamos uma incursão pelas teorias linguísticas que tratam da categoria texto.

Num primeiro momento, fazemos referência às reflexões iniciais de Indursky (2006) em seu artigo *O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites*, no qual a autora enfatiza:

Pensar a categoria texto vai permitir-me salientar que, dependendo da concepção teórica, texto pode ser entendido diferentemente [...] O sentido de texto muda de acordo com o aparato teórico de que nos cercamos para concebê-lo. E, se a concepção de texto não é a mesma para todos, também não é idêntico o trabalho que sobre ele pode ser realizado (p.35).

Nesse sentido, cabe destacar que, ainda nesse artigo, Indursky estabelece um contraponto entre diferentes vertentes teóricas para analisar a categoria do texto na Linguística Textual, na Teoria da Enunciação e na Análise do Discurso.

Na perspectiva da Linguística Textual, destacamos que, inicialmente, os precursores deste campo entendiam o texto como uma sequência coerente de frases, considerando-o como uma extensão da frase. Por conseguinte, esta fase dos estudos textuais ficou conhecida como *transfrástica* (INDURSKY, 2006, p. 44 – 52).

Já num segundo momento, os pesquisadores desta área buscaram o entendimento do texto, com o objetivo de descrevê-lo por si mesmo e em sua totalidade, resultando na fase denominada de *gramática de texto*, com o objetivo de prolongar a linguística descritiva para além dos limites descritivos de uma única frase e escrever uma gramática que desse conta do texto.

Para tanto, passou-se a questionar os princípios de constituição do texto, mostrando que os linguistas textuais buscavam apreender o texto como um todo. No entanto, estes perceberam que isso não seria possível e avançaram para uma nova etapa – que perdura até hoje -, caracterizando-se pela proposta de junção do *processamento do texto* e seu *contexto pragmático*. Na nossa compreensão, portanto, a Linguística Textual, tradicionalmente, considera o texto como unidade formal (início, meio e fim), em que o sentido é dado pelo próprio texto numa situação de uso.

Já no âmbito da Teoria da Enunciação, é preciso considerarmos que as primeiras preocupações desta teoria não conduziam para a noção de *texto*, pois seus estudiosos elegeram como objeto de estudo o *enunciado* com vistas a estudar a enunciação.

Seguindo essa perspectiva de raciocínio, a autora enfatiza que pensar a categoria texto a partir da Teoria da Enunciação, se deve ao fato de que, para Benveniste (1966), seu fundador, passar da *frase* para a *enunciação* envolve alguns elementos externos: aquele que fala, o *locutor*, o EU, e aquele a quem o locutor se dirige, o *interlocutor*, o TU; além deste locutor inserido em um *contexto de situação* que determina o *tempo da enunciação* (aqui) e o *espaço da enunciação* (agora).

Diante destas especificidades, entendemos que a Teoria da Enunciação refere-se ao texto como equivalente ao enunciado e o sentido é construído pelos interlocutores. Assim, conforme Indursky (2006, p. 56):

Se compararmos a concepção de *texto* da linguística textual com a concepção que dele faz a teoria da enunciação, veremos que, na primeira, as relações internas são centrais e a elas se acrescentam, posteriormente e de forma periférica, as relações externas. Este intervalo entre as relações internas e externas inexiste na teoria da enunciação. Nela, relações internas e externas são igualmente convocadas desde o início. Esta forma diferente de conceber as relações que o texto estabelece explica as diferenças de concepção de texto destes dois campos do conhecimento: enquanto o primeiro, olhando fortemente para seu interior, fixa-se nas relações formais que aí se entretecem, construindo uma sintaxe textual, para o segundo, esta separação entre interior e exterior não se coloca, sendo ambas mobilizadas a um só tempo e suas análises apontam para uma semântica do texto.

Como o trecho citado indica e, em continuidade ao contraponto estabelecido por Indursky em relação à categoria texto, nas vertentes teóricas acima referidas, julgamos oportuno acrescentar ainda o que essa autora escreve:

A linguística textual, [...], propôs, como solução, que o texto fosse considerado como uma extensa rede de relações textuais que pode ser considerada como uma sintaxe textual. Já a teoria da enunciação buscou respostas que permitissem pensar o texto como uma rede de relações semântico-textuais que espera por interpretação (2006, p. 56).

Entendemos, a partir deste sucinto percurso por estas duas vertentes teóricas, que os estudos sobre a categoria texto não se esgotam, uma vez que outras concepções mostram que o sentido de texto varia de acordo com a teoria da qual nos valem para concebê-lo.

Por fim, tratamos da teoria que sustenta nossa pesquisa - Análise do Discurso, tal como foi proposta por Pêcheux - e, portanto, é com base nessa concepção teórica que passamos a aprofundar a noção de texto.

Conforme Indursky (2006, p. 68), “[...] nesta perspectiva, pensa-se o texto como uma unidade de análise, afetada pelas condições de sua produção”. A partir dessa centralidade do conceito de texto, a autora – alinhada com os trabalhos de Pêcheux - enfatiza que, no âmbito da AD, mobilizar a exterioridade consiste também em ultrapassar os limites do texto e convocar o contexto – não mais o situacional, mas o sócio-histórico.

Por meio dessas afirmações, compreendemos, então, que a exterioridade, para a AD, vai além da situação, remetendo à historicidade, aos discursos que estão dispersos no tempo, na história. Para tanto, pode-se pensar o texto como um espaço

discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos [...].

Conforme Orlandi (2008, p.23), na obra *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, “O objetivo da análise do discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como um texto produz sentido”. Acerca disso, a autora explicita:

Quando pensamos o texto, pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significativa e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade. (2008, p. 12).

Diante das noções de texto aqui apresentadas pelo viés da AD, novamente justificamos nossa opção pela respectiva teoria, uma vez que esta concebe o texto como unidade significativa, objeto não-acabado e heterogêneo e, principalmente, aberto à exterioridade.

Assim, considerando o texto como unidade de análise e o discurso como objeto de estudo, entendemos que um texto não é igual a um discurso e vice-versa. Nesse sentido, Orlandi (2010, p.16) afirma:

A análise de discurso tem como unidade o texto. O texto não visto como na análise de conteúdo, em que se o atravessa para encontrar atrás dele um sentido, mas discursivamente enquanto o texto constitui discurso, sua materialidade. Assim se procura ver o texto em sua discursividade: como em seu funcionamento o texto produz sentido. E entender isso é compreender como o texto se constitui em discurso e como este pode ser compreendido em função das formações discursivas que se constituem em função da formação ideológica que as determina.

Ainda nessa linha de raciocínio, a autora (2001b, p. 59) enfatiza que um texto, tal como ele se apresenta, enquanto unidade (empírica) de análise, é uma superfície linguística fechada nela mesma: tem começo, meio e fim, mas que para pensarmos o texto em seu funcionamento, precisamos ligá-lo a sua exterioridade.

Em se tratando do objeto de análise - o discurso - que, segundo Orlandi (2001a, p.15), “[...] é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”, é preciso entender o discurso

como fragmentação do sentido, uma vez que os sentidos não seguem uma linha reta, mas se fragmentam, deslocam-se e criam, assim, uma ideia de ruptura.

Em outras palavras, no discurso temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. E dentre esses processos está o de argumentação, que é a base dos textos que examinamos em nossa pesquisa, já que é realizada a partir de textos argumentativos (unidade de análise) para compreendermos como se dá a argumentação pelo viés da AD e também os possíveis efeitos de sentido a partir do funcionamento discursivo dos argumentos apresentados.

Em vista disso, parafraseando Orlandi (2008, p.78), entendemos que a AD, ao tomar o texto como manifestação concreta do discurso, possibilita ao analista, não interpretar o texto, mas, por gestos de interpretação, compreender os sentidos inscritos na materialidade do discurso. E com isso nos deparamos com os fatores externos à língua que interferem em seu funcionamento e, por conseguinte, com a produção de sentido.

Ao tratarmos de discurso, precisamos nos remeter a um sujeito que é afetado pela história – pelo interdiscurso – e a partir dessa inscreve-se numa FD e assume posições no discurso. Portanto, no próximo item mobilizaremos tais conceitos, fundamentais para embasar nossa pesquisa.

2.4 Interdiscurso, formação discursiva e posição-sujeito

Ao pensarmos em interdiscurso no contexto da AD, não podemos deixar de abordar, ainda que de modo sucinto, a noção de memória discursiva. Cabe especificar aqui que não nos referimos à memória individual, mas a uma memória que diz respeito “aos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). A esse conceito de memória, o autor acrescenta:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vêm restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p.52).

As ideias de Pêcheux nos permitem entender que o entrecruzar de sentidos, essa recorrência aos dizeres já proferidos, caracteriza a memória discursiva como lugar de movimento das significações. Ao formular seu discurso, o sujeito estabelece um movimento entre o que diz e os “já-ditos” em outros discursos. Conforme esse autor, é nesse espaço que a memória discursiva opera o apagamento ou a atualização de um discurso conforme as condições históricas implicadas na produção discursiva que venham corroborar a significação do dizer. Pêcheux faz referência a esse pressuposto, reforçando a ideia de que a memória não constitui um bloco homogêneo, mas um lugar de movimento, de retomadas e de reformulações.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995, p.162), Pêcheux define o que é interdiscurso a que denomina de “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Desse modo, o que significa no discurso são as posições que o sujeito ocupa nessas disjunções, nas réplicas, nas polêmicas. É nesse aspecto que, segundo o autor, a memória discursiva se aproxima do interdiscurso, considerando que está nela a possibilidade de toda formação discursiva. O interdiscurso significa o universo das possibilidades. Nele, se situam todos os dizeres possíveis, que, ao serem (re)significados pelo sujeito, tornam-se constitutivos do discurso. Para melhor entender essas afirmações de Pêcheux, recorreremos a Orlandi (2001a, p. 33 - 34):

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. Assim, o interdiscurso é irrepresentável, visto que é constituído de todo dizer já-dito.

A partir desse entendimento, todos os dizeres somente são passíveis de serem (re)significados por inscreverem-se em uma formação discursiva historicamente constituída. É por isso que dizemos que as formações discursivas são determinadas pelo interdiscurso e mantêm relação com outras formações discursivas, que podem ser relações de aliança ou relações antagônicas. Conforme Pêcheux:

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independente”[...] (1995, p. 162).

Também Pêcheux, em outros termos, nos ensina que a formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. Orlandi, em relação a isso, afirma que:

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. E nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeito) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade (Pêcheux, 1975). É nela também, como dissemos, que o sentido adquire sua unidade (2001b, p.58).

A partir da visão apresentada pelos autores citados, a AD considera que o sentido não pode ser produzido sem que o sujeito esteja inscrito numa formação discursiva determinada que irá definir os sentidos possíveis de serem construídos. Em síntese, a formação discursiva faz com que o discurso não se associe a um sentido específico, mas seu sentido varia conforme um conjunto de fatores externos ao discurso que o condicionam. Nesse sentido, uma formação discursiva funciona como um aparato de relações que estabelecem normas de conduta - aquilo que pode e deve ser dito, por conseguinte, aquilo que não pode e não deve ser dito e também aquilo que convém ou não dizer.

Segundo Grigoletto (2003, p.46-48), a primeira menção ao termo “formação discursiva” é feita por Foucault em sua obra *A arqueologia do saber*, posteriormente, Pêcheux e Fuchs (1975) reelaboram esse conceito, associando-o ao de Ideologia, ambos operando na constituição do discurso e dos efeitos de sentido. É importante salientar que o conceito de FD, no âmbito da AD, vivenciou três momentos distintos: em princípio (1969), a FD era vista como um conjunto homogêneo, havendo diversas FDs distintas e isoladas; num segundo momento (1975), considera-se a

existência de um complexo de FDs em que há uma dominante que se relaciona com as demais. No terceiro momento (1981), observamos, a partir dos estudos de Cazarin (1998, p. 25-26), uma afirmação de Pêcheux (1988, p. 213-18) no sentido de que o interdiscurso, além de delimitar o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, determina a FD com a qual o sujeito discursivamente se identifica, indicando, portanto, que sempre já há discurso, exterior ao sujeito. Ainda citando Pêcheux (1990b, p. 314), essa autora chama a atenção para o fato de que “é impossível caracterizar uma FD como um espaço fechado, pois sua constituição é invadida por elementos que vêm de outro lugar, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos”.

Esses estudos levaram Courtine (1981b:35), conforme referido por Cazarin (1998, p. 26), a escrever que “o estudo de um processo discursivo no seio de uma FD dada não é dissociável do estudo da determinação deste processo por seu interdiscurso – *o enunciável é exterior ao sujeito enunciador*”.

Logo, apregoa-se a existência de uma FD heterogênea a si própria em que a contradição é presença marcante e as posições-sujeito são diferenciadas, o que permite a instabilidade e os deslocamentos de sentidos. Obviamente que em nossa análise, a noção de FD a ser utilizada é a pertencente ao terceiro momento mencionado anteriormente, por contemplar uma FD em que a contradição, a instabilidade, a dispersão e a transitoriedade são pontos marcantes e constituintes de seu caráter heterogêneo. Já o sujeito, de acordo com essa perspectiva, atua como alguém que pensa ter o domínio sobre o que diz, mas, na verdade, são as formações ideológicas associadas às formações discursivas que determinam os discursos.

Nesse cenário, nos referimos às reflexões de Grigoletto (2007, p. 124), em seu artigo *Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*, no qual a autora enfatiza que, “na AD, o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, conseqüentemente, pela identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva”.

Na sequência, a autora (2007, p. 124), cita primeiramente Pêcheux para referir-se à posição-sujeito como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). Ainda nessa linha de raciocínio, Grigoletto (2007, p.124) explicita, embasada em Courtine (1982, p. 252), que:

[...] a especificidade da *posição-sujeito* se dá no *funcionamento polêmico do discurso* em que o sujeito universal é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição. Então, diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*.

Diante desta afirmação e parafraseando Grigoletto (2007, p. 125), compreendemos que uma mesma forma-sujeito, ao materializar os saberes vindos do interdiscurso, pode agregar diferentes posições-sujeito no discurso. Para melhor entender isso, julgamos importante expor o que afirma Indursky (2000, p.76):

[...] não se trata de uma forma-sujeito dotada de unicidade, estamos diante de um conjunto de diferentes posições de sujeito, que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia, e é esse elenco de posições-sujeito que vai dar conta da forma-sujeito. Portanto, a forma-sujeito se fragmenta entre as diferentes posições de sujeito. Uma forma-sujeito assim dividida remete à concepção teórica de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua interpelação ideológica permite. Por outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para os saberes de natureza semelhante, equivalente, isto é, para o parafrástico e o homogêneo, mas também cede lugar para os sentidos diferentes, divergentes, contraditórios, ou seja, para o polissêmico e o heterogêneo. Da convivência com apenas o mesmo passa-se para a co-existência com o diferente e o divergente. E dessas diferenças e divergências surge uma formação discursiva heterogênea em seus saberes.

Assim, entendemos que numa só FD pode haver diferentes posições-sujeito que se relacionam a uma mesma forma-sujeito, a um mesmo domínio de saber, uma vez que o sujeito da AD não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso (Orlandi, 2010, p. 15). Em vista disso, é que buscamos investigar marcas e/ou pistas linguísticas deixadas pelos sujeitos-alunos a fim de percebermos essas diferentes posições-sujeito presentes em seus textos, bem como os possíveis funcionamentos polêmicos nos argumentos apresentados.

O interdiscurso, a formação discursiva e a posição-sujeito estão diretamente relacionados à noção de sujeito, que não remete automaticamente ao indivíduo, mas a um sujeito discursivo, já que é este que se inscreve no discurso a partir de uma FD e no fio do discurso, através de gestos de interpretação, retoma já-ditos que estão dispersos no interdiscurso, assumindo posicionamentos. É sobre sujeito, sentido e interpretação que tratamos no seguinte tópico.

2.5 Sujeito, sentido e interpretação

A AD trabalha o conceito de sujeito situando-o como uma “posição”, não como um ser individual. O sujeito não tem controle sobre os modos que o condicionam nesta ou naquela posição, porque essas se dão ao nível do interdiscurso, espaço em que estão todos os ditos já proferidos e esquecidos que determinam os nossos dizeres. Temos aí um sujeito que é assujeitado pela formação discursiva (FD) que o determina e que reflete, na linguagem, a ideologia que lhe subjaz. Nesse processo, estão presentes os conceitos de forma-sujeito e assujeitamento, sobre o que encontramos:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) de seu discurso com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que, constituem no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1995, p.163)

Conforme esse autor, a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso cria a evidência de que ele sempre já foi sujeito. Esse efeito de apagamento causado pela ideologia confere ao sujeito a ilusão de autonomia, isto é, cria no sujeito o efeito de que ele é a fonte de seu dizer.

Essa ilusão de que o sujeito é origem do sentido do que ele enuncia é explicada por Pêcheux e Fuchs (1975, p.176 - 177) da seguinte forma: o esquecimento nº 1 está relacionado ao inconsciente, ou seja, o sujeito tem a ilusão de ser o criador do seu dizer, não reconhecendo nada do que remeta ao exterior da sua formação discursiva. Já, no esquecimento nº 2, o sujeito enuncia partindo do que poderia ter enunciado e não enunciou, através de uma “seleção”, no interior de uma formação discursiva, constituindo paráfrases que apontam para a possibilidade de um dizer diferente. Ao estabelecer a relação entre o esquecimento nº 1 e o esquecimento nº 2, Pêcheux e Fuchs (1975) definem o lugar do imaginário linguístico, o que percebemos quando afirmam:

O efeito da forma sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva aparece como o lugar de constituição do imaginário linguístico (corpo verbal) (1995, p. 177).

Segundo os autores recém citados, é por meio da forma-sujeito que o discurso, para o sujeito, surge como límpido, como um conjunto de dizeres único e organizado conscientemente, mediante escolhas livres. Nesse sentido, o sujeito acredita ser seu discurso a manifestação do que ele, como indivíduo empírico, desejou manifestar, aferindo a este discurso uma transparência que oculta as marcas sociais, ideológicas e históricas desse sujeito.

Eis aí um modo de funcionamento da contradição, próprio do sujeito e das práticas discursivas, pois não podemos perder de vista que não existe prática discursiva sem sujeito e que, ao enunciar, o sujeito se pretende “inteiro”, isto é, ele busca, em seu interlocutor, sua complementaridade.

É importante ressaltar novamente que o conceito de sujeito para a AD é complexo, pois ele é apresentado como sendo fragmentado, dividido, não-uno, já que sua subjetividade se manifesta através de posições assumidas no discurso, determinadas pelas formações discursivas e pelas condições sócio-históricas que englobam esse sujeito e o assujeitam.

Levando em conta as reflexões de Pêcheux e Fuchs (1975), ao capacitar-se como autor do discurso, o sujeito admite cercar-se às normatizações discursivas, expressando suas representações de acordo com as formações ideológicas e discursivas que o assujeitam. Seu discurso representa sua posição-sujeito e as condições de produção que o influenciam.

Ainda segundo os referidos autores, o sujeito, para a AD, está intimamente associado à construção de sentido, ao simbólico e àquilo que o antecede e condiciona o seu dizer. O discurso, então, não representa um sujeito ciente e autônomo, mas um espaço de dispersão e descontinuidade. O sujeito atua como alguém que pensa ter o domínio sobre o que diz, mas, na verdade, são as formações ideológicas associadas às formações discursivas que determinam os discursos.

Outra noção que consideramos fundamental neste estudo refere-se à

interpretação. Para tratarmos deste tema, buscamos aporte teórico em Orlandi (2008, p. 19), na obra *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, na qual a autora, inicialmente, parte de três pressupostos: a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos.

A autora acrescenta ainda que a incompletude é característica de todo processo de significação e a relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude. E por concordarmos que a noção de interpretação passa por sentidos diferentes, segundo a teoria que lhe é aplicada, entendemos que a AD, conforme referido por Orlandi (2008, p. 20), ao trabalhar a relação da língua com sua exterioridade, nos permite investigar possíveis gestos de interpretação presentes no processo de argumentação dos textos que constituem nosso *corpus*, contemplando linguística e historicamente sua discursividade. Ilustramos essa concepção com a seguinte definição:

A questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação. A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2008, p. 21).

Como o trecho citado indica, para a autora, é inquestionável que, na Análise do Discurso, a interpretação é posta em questão. A partir desta constatação, a autora destaca ainda:

Frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar: ele é levado a dizer o que “isto” quer dizer. Há assim injunção à interpretação. Há, neste fato, o que tenho chamado ilusão de conteúdo, apagamento da construção discursiva do referente. Trata-se da redução do sentido a um conteúdo, sendo que esta redução é parte da ilusão referencial, produção do efeito de evidência [...] Na realidade, não há um sentido (conteúdo), só há funcionamento da linguagem. No funcionamento da linguagem [...] o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é a interpretação [...] É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá (Orlandi, 2008, p.22).

Em outras palavras, segundo a autora, a interpretação tem a ver com a questão da ideologia, porque na medida em que a AD trabalha o efeito ideológico, toma posição diante de um conjunto de questões colocadas em relação à significação e à história. Além disso, a autora enfatiza que, quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido a suas próprias palavras em condições específicas.

A fim de compreendermos de que modo Pêcheux (1995), mais precisamente em sua obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, também explicita a questão da interpretação na AD, recorremos ao fragmento a seguir:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (p. 53).

Diante de tal concepção formulada por Pêcheux, Orlandi (2008, p. 24), ao apresentar seu ponto de vista sobre o trecho acima, esclarece que “é neste lugar - sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico pelo qual língua e história se ligam no equívoco (materialmente determinado) – que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação”. Nesse sentido, ainda conforme a autora, como este efeito, ao mesmo tempo que constitui o sentido, constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora (e a interpretação) também está na base da constituição do sujeito (nesta perspectiva do histórico, do equívoco, da relação língua/discurso).

As noções abordadas até este momento nos serviram para melhor entender o processo de interpretação e a conseqüente produção de sentidos por parte dos alunos quando da escritura de seus textos, objeto de nossa pesquisa. Portanto, apreendemos que o sujeito, a partir da perspectiva da AD, pensando ser fonte do seu dizer, reproduz já-ditos conforme a FD que se filia. Assim ocorre a interpretação

- no deslizamento de sentidos, em que língua e história se ligam, perpassados pela ideologia. Ao analisarmos um discurso, temos de nos remeter às condições de produção, isto é, quais são as condições sócio-históricas que os sujeitos ocupam quando estão envolvidos num processo de interpretação, enquanto leitura e escrita, e que no intradiscurso se subjetivam na materialidade linguística. É sobre essas questões que, em seguida, tratamos.

2.6 Condições de produção e intradiscurso

As condições de produção incluem os sujeitos e a situação, ou seja, as condições sócio-históricas que remetem ao universo social e ideológico em que o discurso é produzido. Assim, as condições de produção representam o imaginário sobre o lugar que o sujeito ocupa, dentro de uma formação social e discursiva, para enunciar.

Então, as condições de produção relacionam-se à identificação do lugar social ocupado pelo sujeito ao enunciar. Relacionam-se também à presença de formações ideológicas que subjazem às formações discursivas que influenciam a construção dos sentidos possíveis. A intencionalidade e o sentido não residem no sujeito que, ilusoriamente, pensa ser dono do seu dizer, mas encontram-se atrelados à ideologia e às relações de produção.

Desse modo, a exterioridade é constitutiva do sentido, pois nela encontram-se seus pressupostos, ou seja, as condições de produção movimentam os efeitos de sentido, agindo sobre o sujeito através da construção de um cenário associado às formações imaginárias e ao interdiscurso. Sendo assim, as condições de produção envolvem fatores externos múltiplos que influenciam a construção do discurso.

Courtine (1981, p. 22-37), quando trata das condições de produção de um discurso, propõe que elas sejam pensadas sob a dependência da relação que uma FD mantém com a 'pluralidade contraditória' de seu interdiscurso. Seguindo esta mesma perspectiva, Orlandi (1987, p. 158-159) em, *A linguagem e o seu funcionamento*, escreve que todo o discurso deve ser referido às condições de sua produção, ou seja, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social constituem o sentido da sequência verbal produzida, isto é, o discurso. Salienta que,

para a AD, a noção de condições e produção é importante, pois são elas que caracterizam o discurso, o constituem e, como tal, tornam-se objeto de análise. Orlandi (1997), no prefácio de “A fala dos quartéis e outras vozes”, afirma que a materialidade da linguagem (o como se diz) é o fio condutor da compreensão dos sentidos, os quais não existem em si, mas nas relações estabelecidas quando de sua produção. Em texto distinto (2001a, p.30-34), volta a tratar das condições de produção: explicita a distinção entre condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação - contexto imediato) e condições de produção em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico); afirma que as condições de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação, observando que a maneira como a memória (o interdiscurso) é acionada, também é constitutiva das “condições de produção - o que o é dito em outro lugar também significa em nossas palavras”.

Em relação à noção de intradiscurso, podemos entender que se trata do fio que lineariza os objetos do interdiscurso e confere-lhes a impressão de um sentido evidente, ou seja, é nesse momento do processo que, no caso deste estudo, o aluno textualiza. O intradiscurso coloca-se como uma realidade que se impõe ao sujeito e que se evidencia como materialidade no discurso. A propósito do intradiscurso, Pêcheux (1995, p.167) assim se posiciona: “[...] pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio discursivo” do sujeito, é a rigor um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal “do exterior” ”.

Podemos pensar o discurso sempre como um já-dito presente no interdiscurso, que se lineariza ideologicamente por meio do intradiscurso, o qual, por sua vez, constitui-se em materialidade discursiva.

Uma vez examinados os conceitos de condição de produção e intradiscurso e após termos revisado a argumentação em diferentes perspectivas linguísticas, tratamos, de forma mais específica, da argumentação na AD, já que esta embasa a nossa pesquisa e, conseqüentemente, as análises realizadas.

2.7 Uma perspectiva discursiva na argumentação

Ao tratarmos da argumentação na perspectiva discursiva, nos estudos realizados no Brasil, observamos que não são muitos os pesquisadores que se

ocuparam dessa questão em suas pesquisas. Dentre eles, salientamos Eni Orlandi e Freda Indursky. É a partir de suas pesquisas que teceremos nossas considerações sobre argumentação, as quais embasarão teoricamente nossas análises.

Discurso e Argumentação: um observatório do político, texto publicado por Orlandi em 1998, apresenta alguns aspectos que caracterizam o estatuto e o lugar da argumentação na Análise de Discurso. Dentre eles, o sujeito, o político, a história, a ideologia, enfim, o discurso. Inicialmente, duas noções são básicas no processo da argumentação e desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: 1. a noção de antecipação; 2. a noção de esquecimento.

Por antecipação, a autora (1998, p. 74) entende que ela é sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias, isto é, pelas posições-sujeito e enfatiza:

Todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de X, de si mesmo, do outro). Cada um “sabe” prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de todo o discurso. Há, pois, antecipação das representações do receptor “sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (M.Pêcheux, 1969). Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Quer se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar”. (ORLANDI, 1988, p. 76-77)

A noção de esquecimento, já abordada no item (2.5), está ligada ao interdiscurso, ou seja, à exterioridade discursiva¹. No esquecimento 1, o sujeito é inconsciente, mas pensa ser fonte do seu dizer, enquanto no esquecimento 2, reproduz já ditos, constituindo paráfrases. Em relação a isso, Cazarin refere:

Segundo Pêcheux e Fuchs (1990:176-77), existe um espaço que abriga *tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)* ou o campo de *tudo o que se opõe ao que o sujeito disse*. Este espaço é denominado “esquecimento nº 2”, ou seja, é a zona do dizível, do repetível, do formulável, do reformulável; zona da ilusão que o sujeito-falante tem de “eu sei o que eu digo”, zona em que o sujeito pode penetrar conscientemente - esta é a zona dos processos de enunciação e se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Nela, o sujeito-falante

¹ Os conceitos de esquecimento e de posição-sujeito já foram referidos ao longo do texto. Podem ser retomados nas páginas (42 – 43) e (40 – 41).

mobiliza, no interior da FD (no sistema de enunciados), um enunciado dizível, com o qual estrutura a sequência discursiva. É neste espaço que se ampara a “liberdade” do sujeito-falante. Essa zona (esquecimento nº 2) está em oposição a outra, isto é, ao “esquecimento nº 1”, que consiste em uma zona inacessível ao sujeito e é de natureza inconsciente; zona do “recalcado”, constitutiva da subjetividade – o sujeito é afetado por esse esquecimento e acredita ser fonte e senhor de seu dizer. Os dois esquecimentos diferem fundamentalmente um do outro, mas a relação entre eles remete à condição de existência (não-subjetiva) da ilusão subjetiva e às formas subjetivas de sua realização (2004, p. 22-23).

Desse ponto de vista, ainda segundo Orlandi (op. cit), expor o olhar leitor à opacidade do texto - finalidade da Análise do Discurso (M.Pêcheux, 1984) - é aceitar a inscrição da língua na história para que haja sentido, sendo o sentido já um gesto de interpretação e o sujeito, a própria interpretação. De acordo com tal concepção, não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade.

Para a autora, o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma “posição”, ou ainda, são lugares “representados” no discurso. No decorrer do artigo, a autora destaca que:

[...] as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado, não representável. As circunstâncias imediatas da enunciação já são determinadas por esta exterioridade e elas funcionam de forma desigual no discurso. A significância do contexto é delimitada pelo já-dito que con-forma o conjunto da situação que intervem no dizer. É só o que conta para o sentido “X” (efeito de pré-construído) que faz parte das condições de produção imediatas. Isto quer dizer que o trabalho do contexto não é nem direto nem automático, o que desloca a forma como a pragmática considera o texto. Este não é empírico, mas histórico, submetido, pois, às exigências da materialidade linguístico- discursiva e à relação do simbólico ao imaginário (Orlandi,1998, p.76).

Dessa maneira, para essa autora, o sentido não deve ser considerado como conteúdo, a história não se reduz ao contexto, e o sujeito não é um feixe de intenções, nem é sua própria origem. De posse dessa noção, Orlandi (1998) afirma que não há acesso direto ao modo como se constituem os sentidos, nem à exterioridade constitutiva (não empírica, mas histórica).

Para melhor visualizar essa questão, destacamos algumas noções que, no nosso entendimento, sintetizam o texto de Orlandi (1998) sobre argumentação. São elas: 1) a língua é compreendida como ordem significante, capaz de equívoco, de falha, de deslizos; 2) o sujeito é um sujeito histórico, posição que se produz, entre outras, entre diferentes discursos em uma relação regulada com a memória do dizer, trabalhada pelo esquecimento; 3) a análise é concebida como explicitação do funcionamento do discurso, trabalhando a relação da língua com a historicidade; 4) para compreender o funcionamento discursivo, é necessário distinguir o plano da constituição (interdiscurso) do plano da formulação (intradiscurso); 5) a exterioridade não tem a objetividade do “fora” da linguagem, ela é exterioridade discursiva e não é empírica; 6) o discurso se constitui assim nessa instância dos já ditos ou dos dizeres possíveis, que é garantia da formulação do dizer. E é este jogo entre formulação e constituição que produz o efeito de exterioridade, do sentido-lá; 7) paralelamente, esse jogo torna possível a relação entre o real – função das determinações históricas das condições materiais do discurso – e a realidade – relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso –, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/linguagem/mundo). Esse efeito de objetividade não é tomado em conta pela maior parte dos estudos da argumentação.

Em consequência disso, a argumentação, segundo a autora, é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. Assim, as intenções - que derivam do nível da formulação - são produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto.

Nessa perspectiva, compartilhamos da seguinte visão:

As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem, no entanto, sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva efetuada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados. Eles também derivam das relações entre discursos e têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações (Orlandi, 1998, p.78-79).

Enfim, para a autora, na realidade argumentativa de um discurso é preciso compreender o real do processo de significação em que ela se inscreve, logo, a argumentação pode ser um observatório do político², na medida mesma em que é parte da materialidade do texto.

Indursky (2003), em seu artigo “Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo - um contraponto”, contrasta análises argumentativas ancoradas no fio do discurso com a argumentatividade que é própria do discurso e que escapa à linearidade da enunciação. Para proceder a este deslocamento do fio do discurso para o discurso, a autora afirma que, nesse tipo de discurso - no caso por ela analisado, o midiático -, a argumentação se dá na repetição de argumentos dispersos espacial e temporalmente, e, por esta razão, não mobilizam operadores argumentativos.

Além disso, segundo Indursky (2003), nesse tipo de argumentação, abandonamos o enunciado formal, tal como este costuma aparecer no fio do discurso, na enunciação de um litígio, quando podemos representá-lo por X mas Y. De acordo com tal concepção, a autora afirma:

Ao passarmos para o discurso, em lugar de um enunciado desse tipo - X mas Y - registra-se um conjunto de enunciados que se inscrevem, todos, em relação parafrástica com X ou com Y, produzindo, assim, uma extensa rede discursiva de formulações (COURTINE,1981) que representam paráfrases de X ou de Y. Ou seja: no processo discursivo, encontramos reunidos apenas enunciados que pertencem a X ou a Y, pois tais saberes se excluem mutuamente e remetem para o Domínio de Saber de um (X) ou de outro (Y) sujeito histórico envolvido no litígio em questão. Dito de outra forma: quando, na mídia passa-se do locutor e/ou enunciador para sujeitos historicamente constituídos, apenas uma parte do enunciado formal faz-se presente. A outra fica interdita pela FD em que o sujeito se inscreve. Vale dizer: a argumentação, ao passar do fio do discurso para o discurso, desestrutura-se. Apenas o Interdiscurso, lugar da memória do dizer, pode reunir o que as FDs separam (INDURSKY, 2003, p. 57).

² Consideramos importante neste trecho distinguir os conceitos de política e político. Cazarin (2004, p.45) apresenta-nos uma distinção entre esses termos. Segundo a autora, “a política está sempre amarrada à polícia, pois a primeira não tem objetos ou questões que lhe sejam próprios. Seu único princípio, a igualdade, não lhe é próprio e não há nada de político em si mesmo. Tudo o que a política faz é dar-lhe uma atualidade, sob a forma de caso, inscrever, sob a forma de litígio, a averiguação da igualdade no seio da ordem policial”. [...] Já, político, segundo a mesma autora (2004, p. 46), baseando-se no que tece Rancière (1996) “constitui uma *cena* em que se arma o *litígio* do jogo de legitimações através da invenção de uma questão que ninguém se colocava. A *política* pode agir sobre a *polícia* - age em lugares e com palavras que lhes são comuns, se for preciso, reconfigurando esses lugares e mudando o estatuto dessas palavras” (RANCIÈRE, 1996, p.44-46 apud CAZARIN, 2004, p.46).

Como expressa a autora, quando esta junção ocorre, estamos diante da noção de enunciado dividido, como foi concebida por Courtine (1981), conceito que está relacionado ao de paráfrase discursiva (Pêcheux, 1969). Segundo o que tece Cazarin (1998, p. 56), Courtine ao analisar os conceitos de Pêcheux, faz um deslocamento na teoria, observando que analisar paráfrases discursivas é insuficiente para verificar o funcionamento discursivo de enunciados contrastivos. Por isso, propõe a construção de uma forma de *corpus* em que seja possível relacionar “zonas discursivamente heterogêneas”, quer dizer, de processos discursivos inerentes a FDs antagônicas. (COURTINE, 1981, p.49 apud CAZARIN, 1998, p. 56). Nesse sentido, vemos ainda que:

O enunciado dividido, para Courtine, se forma na contradição que liga os processos discursivos inerentes a duas FDs antagônicas e materializa linguisticamente essas contradições interdiscursivas sob a forma de expressões caracterizáveis pela não-comutabilidade dos pré-construídos, materializando assim a fronteira entre esses domínios de saber (CAZARIN, 1998, p. 57).

Além das noções já citadas, Indursky (2003) estabelece um paralelo entre o funcionamento da argumentação no fio do discurso e no processo discursivo, defendendo que:

Nesse tipo de argumentação, a ideia defendida por Ducrot (1987, p. 161-218) de que mais de uma voz pode ser mobilizada num só enunciado, desaparece para dar lugar à concepção de polifonia de Bakhtin (1981, p. 159): duas vozes não podem ser reunidas num mesmo enunciado. Ao que acrescento, duas vozes antagônicas, identificadas com FD opostas, não podem ser mobilizadas ao mesmo tempo, no discurso da mídia. Segundo Bakhtin, para que diferentes vozes se façam presentes são necessários dois enunciados, produzidos por dois sujeitos diversos. Esta concepção de enunciado é necessária para dar conta das diferentes vozes sociais que ressoam no discurso literário (2003, p. 63).

Dessa forma, segundo a autora, passar do fio do discurso ao processo discursivo implica passar da continuidade à dispersão, da estruturação linear/horizontal, própria do fio da enunciação, à deslinearização da argumentação. Para tanto, destaca que o interdiscurso é o lugar onde todos os sentidos são

possíveis, pois neste nível os sentidos ainda não passaram pelo filtro de nenhuma FD.

Orlandi e Guimarães (1988), contribuindo com o que refere Indursky, afirmam que “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito”. Os autores referem-se ao sujeito de que fala Pêcheux (1975) - a forma-sujeito – isto é, o sujeito afetado pela ideologia, e ao sujeito de que fala Foucault (1969), caracterizado pela descontinuidade.

Embora em teoria distinta, vale lembrar Bakhtin (1992) quando defende que a fala é sempre de natureza social, portanto há sempre um interlocutor – o Outro – ao menos em potencial. Assim, o discurso está sempre constituído pelo discurso do Outro e a subjetividade revela-se através do heterogêneo, dos sentidos difusos. Dessa concepção decorre, uma visão de linguagem que entende a “homogeneidade” como mais um efeito de sentido imposto pela ideologia. Nesse sentido, entendemos que esse efeito, no caso de nossa pesquisa, é produzido pelo aluno-autor em seu texto - ele cria a ilusão de unidade e objetividade através dos argumentos organizados na linearidade do texto e a eventual interferência das palavras do Outro – a heterogeneidade – é marcada, sobretudo, nos contra-argumentos.

Entendemos que a AD é uma teoria que dá conta do nosso objeto de estudo embasando as análises neste trabalho, pois opera com conceitos que remetem a uma reflexão diferenciada em relação ao texto argumentativo, em especial, porque trabalha na dimensão de sujeitos interpelados pela ideologia.

Por essas razões, consideramos importante, para melhor visualizar o contraponto anteriormente feito entre as diferentes perspectivas da argumentação, apresentar um quadro-síntese com o objetivo de mostrar quais noções sobre a argumentação foram abordadas, buscando tornar perceptíveis especificidades, potencialidades, e também limites de cada uma delas.

ARGUMENTAÇÃO				
Teoria da Argumentação na Língua a partir de Ducrot, Anscombre e Carrel.	Teoria da Enunciação a partir da perspectiva de Guimarães.	Teoria da Análise do Discurso a partir de Orlandi e Indursky, seguidores de Pêcheux.	Teoria da Análise do Discurso a partir de Orlandi e Indursky, seguidores de Pêcheux.	
<ul style="list-style-type: none"> Argumentação inscrita na própria língua, sendo o sentido construído no encadeamento discursivo. O valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso. É pela relação entre locutor e interlocutor que se produzem as argumentações. A argumentação não está nos fatos, mas no próprio semantismo das palavras da língua. A força argumentativa de um enunciado deve ser definida como o conjunto de enunciados que podem ser encadeados a ele em um discurso. Argumentação continua sendo o conjunto de conclusões possíveis, mas é o princípio argumentativo que garante a passagem do argumento para a conclusão. Argumentação não se baseia na passagem do argumento, que 	<p>funciona como justificativa para a conclusão, mas em representações unitárias entre um e outro que são o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Argumentar consiste em convocar blocos lexicais por meio de encadeamentos que exprimem uma qualidade, positiva ou negativa que, junto com o bloco, compõem uma regra. O argumento influencia o sentido da conclusão ou o contrário, constituindo uma unidade de sentido 	<ul style="list-style-type: none"> Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação). Argumentar é dar uma diretividade ao dizer. Argumentar é conduzir o texto para seu futuro, para seu fim. Argumentatividade é concebida como produto do interdiscurso, a partir da textualidade. Guimarães, ao apropriar-se da noção de interdiscurso, aproxima-se da Teoria de Pêcheux porque traz para o âmbito de seu trabalho a questão da exterioridade e também possibilita entender a argumentação como um gesto interpretativo do sujeito. Argumentação é um efeito da política do silêncio; é mais que estabelecer uma conclusão, é silenciar outros percursos da significação textual.³ Argumentação é 	<p>definida como um procedimento próprio do funcionamento da textualidade, no sentido muito preciso, de entender que a coesão e a consistência são determinadas, no acontecimento e enquanto acontecimento, pelo interdiscurso.</p> <ul style="list-style-type: none"> Duas noções são básicas no processo da argumentação: 1. noção de antecipação, sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias (posição-sujeito); 2. noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva). Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. A argumentação é vista, pelo analista de discurso, a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. O jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem, no entanto, sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva efetuada pela vontade de verdade, pelas evidências do sentido. 	<ul style="list-style-type: none"> Os próprios argumentos são produtos de discursos vigentes, historicamente determinados. Na realidade argumentativa de um discurso, é preciso compreender o real do processo de significação em que ela se inscreve. A argumentação é parte da materialidade do texto. Argumentatividade é própria do discurso. A argumentação se dá na repetição de argumentos dispersos espacial e temporalmente e, por esta razão, não necessariamente mobiliza operadores argumentativos. A argumentação, ao passar do fio do discurso para o discurso, desestrutura-se. Passar do fio do discurso ao processo discursivo implica passar da continuidade à dispersão, da estruturação linear/horizontal própria do fio da enunciação, à deslinearização da argumentação.

³ Guimarães, ao tratar desses conceitos, remete-se à Orlandi (*Formas do Silêncio*, 1992).

Consideramos pertinente ressaltar, mais uma vez, nossa opção pela linha teórica da AD, teoria que considera a língua como base/materialização de processos históricos-sociais e, por conseguinte, vê a argumentação a partir do processo histórico-discursivo em que as posições-sujeito são constituídas. Além disso, a argumentação é parte da materialidade do texto e é própria do discurso, o que nos possibilita compreender que os próprios argumentos são, então, produtos dos discursos vigentes historicamente determinados.

De fato, são essas noções de argumentação na perspectiva discursiva, embasadas em Pêcheux, Orlandi e Indursky que sustentarão as análises realizadas neste trabalho. Uma vez que, todo e qualquer texto é argumentativo e que não há discurso sem sujeito, ao pensarmos a argumentação, precisamos também pensar o sujeito, além, é claro, a ideologia, já que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Diante do exposto, passamos ao capítulo seguinte, no qual tratamos, inicialmente, do *corpus* e da metodologia e, por fim, apresentamos as análises.

3 *CORPUS*, METODOLOGIA E ANÁLISE

3.1 Sobre o *Corpus* e a Metodologia

O objetivo maior nesta pesquisa é analisar gestos de interpretação presentes quando da argumentação em textos de alunos, pensando-os a partir de uma perspectiva discursiva. Entendemos que a relevância deste tema está em contribuir para os estudos e para a problematização de práticas textuais nas escolas. Acreditamos que, conforme Pêcheux (1975), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, isto é, há um sujeito que se subjetiva no discurso a partir de já-ditos e que acredita ser origem do seu dizer e assume posicionamentos segundo sua FD, o que nos faz levantar as seguintes questões:

- a) Como ocorre a argumentação na perspectiva da Análise do Discurso? Que gestos estão aí implicados?
- b) Quais as marcas e ou pistas linguísticas deixadas pelo aluno para que possamos perceber diferentes posições-sujeito presentes nos textos analisados? Quais as diferentes posições-sujeito encontradas nos textos dos alunos?
- c) Quais os deslocamentos e (re)significações que podemos fazer sobre o conceito de argumentação a partir dessa teoria?
- d) Como se dá a impessoalização e a pessoalização do sujeito através das marcas linguísticas deixadas no intradiscurso?
- e) Como o discurso argumentativo se materializa através do enunciado dividido?

Conforme mencionamos nas Considerações Iniciais, partimos de um *corpus* empírico constituído de textos produzidos em sala de aula por alunos concluintes do Ensino Fundamental da rede pública de ensino da região Norte do Planalto Médio/RS, os quais abordam a temática: “Mudanças Climáticas: nós podemos evitar!”. Esses textos foram produzidos no ano de 2009, por ocasião do Concurso de Oratória nas Escolas, promovido pela JCI (*Junior Chamber International* – Federação Mundial de Jovens Líderes e Empreendedores) do Brasil.

Em relação às condições de produção, queremos destacar que, primeiramente, a professora da classe oportunizou a leitura de diferentes textos que tratavam da temática, a partir de diversos pontos de vista. Além disso, os alunos pesquisaram no Laboratório de Informática da escola sobre o tema. Após, assistiram

a um documentário sobre a temática: “Aventuras no Ártico”, atividade que tinha como objetivo lhes proporcionar uma maior reflexão sobre o tema proposto. Feito isso, foi realizada uma discussão entre todos e, isso possibilitou aos alunos manter e/ou alterar seus pontos de vista e, por conseguinte, construir argumentos, isto é, posicionarem-se diante do tema proposto. A partir disso, produziram seus textos que foram, em alguns casos, corrigidos pela professora e reescritos por eles até três vezes. São esses textos, gentilmente nos repassados pela professora, que compõem nosso arquivo de pesquisa, perfazendo um total de quatorze textos (em anexo) dos quais retiramos nosso *corpus* de análises.

Em AD trabalhamos com dois dispositivos de interpretação: o teórico, já apresentado, e o analítico, que estamos a construir neste capítulo. Acerca disso, concordamos com a seguinte abordagem:

O dispositivo teórico é constituído pelas noções e conceitos que constituem os princípios da análise de discurso: a noção de discurso como efeito de sentidos, a noção de formação discursiva, a de formação ideológica, o interdiscurso, etc. O dispositivo teórico vai determinar o dispositivo analítico. Ele orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo. É o dispositivo teórico que faz o deslocamento de uma leitura tradicional para uma leitura que chamamos sintomática: a que estabelece uma escuta que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é, mas poderia ser.

O dispositivo analítico da interpretação é o dispositivo que cada analista constrói em cada análise específica. Determinado pelo dispositivo teórico, o dispositivo analítico, por sua vez, vai depender da questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve o analista. (ORLANDI, 2010, p. 26).

Levando em conta a perspectiva de construir um dispositivo analítico, a partir das questões norteadoras, buscamos discutir regularidades e o funcionamento discursivo dos argumentos sob a perspectiva da AD, além de observar e analisar gestos que aí estão implicados. Para tanto, o dispositivo teórico trata de conceitos importantes em AD e que sustentarão nosso discurso, como já tecemos ao longo dos primeiros capítulos.

Quanto ao dispositivo analítico, entendemos pertinente destacar que, num primeiro momento, realizamos leitura e várias releituras dos textos produzidos pelos alunos e, em seguida, os agrupamos a partir de semelhanças de pontos de vista. Partimos do princípio de que todos os textos em questão estavam inscritos em uma

única formação discursiva (uma região de saber) que, para efeito de análise, denominamos *FD dos alunos*. Entretanto, dadas as características de heterogeneidade da FD (já referida no capítulo segundo, item 2.4), no interior da mesma, há espaço para diferentes posições-sujeito, isto é, diferentes microrregiões de saber, representativas dos saberes dos alunos. E é isso que buscamos analisar nos textos, isto é, diferentes pontos de vista representados por essas posições de sujeito e linguisticamente materializadas.

A partir desses quatorze textos que constituem nosso arquivo (T 01 – T 14), organizamos o *corpus* discursivo sobre o qual incidem nossas análises. As várias (re)leituras feitas possibilitaram chegar a uma proposta metodológica, isto é, ao dispositivo analítico, já que cada analista, como referiu Orlandi (op. cit) constrói seu próprio dispositivo de acordo com suas necessidades e objeto de pesquisa.

Cabe destacarmos que as referidas análises são apresentadas em dois recortes discursivos, nomeados de acordo com as duas posições-sujeito que conseguimos identificar. Isso ocorre tanto em relação às responsabilidades, quanto às possíveis soluções apontadas. Recorte discursivo 1- Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao Homem. Este recorte se subdivide em dois blocos discursivos: 1. Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade do Homem; 2. Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem.

O Bloco discursivo 1 (Recorte 1) é formado por quatorze sequências discursivas, representativas da referida posição-sujeito, nas quais analisamos o processo argumentativo e suas marcas linguísticas como o uso da terceira pessoa, remetendo-nos à impessoalização; o uso da primeira pessoa do plural com a qual ocorre a pessoalização do sujeito; o uso de pronomes indefinidos, outra categoria gramatical de impessoalização.

Já, o Bloco discursivo 2 (Recorte 1), constituído por seis sequências discursivas, aponta para as possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade do Homem. Nesse bloco, percebemos na argumentação a existência da mesma posição-sujeito na qual o aluno, ao se posicionar, ainda recorre aos recursos pessoalização/impessoalização, já tratados no bloco anterior, ao mesmo tempo em que, especialmente em quatro SDs, oscila por argumentos diferentes, em que ora se inclui, ora se exclui dessa responsabilidade, apontando para a questão do vacilo do sujeito.

Da mesma forma, o Recorte discursivo 2 - Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a governos, também é apresentado em dois blocos: 1. Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos; 2. Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade de governos.

O Bloco discursivo 1 (Recorte 2) é constituído por cinco sequências discursivas que trazem novamente como regularidade a pessoalização/impessoalização, mas o que mais emerge é o vacilo do sujeito entre incluir-se ou não na responsabilidade dos problemas climáticos, o que nos permite abordar a heterogeneidade discursiva.

Somamos a essas análises o Bloco discursivo 2, último bloco analisado, constituído por duas sequências discursivas que apresentam, no fio do discurso, argumentos afirmando que a responsabilidade pelas soluções para os problemas climáticos são do governo, fazendo nesta construção o uso do enunciado dividido, remetendo-nos à heterogeneidade numa mesma posição-sujeito.

Recorte discursivo 1 – Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao Homem

Bloco Discursivo 1	Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade do Homem	SDs 01 - 14 (exceto SD 07)
Bloco Discursivo 2	Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem	SDs 15 - 20

Recorte discursivo 2 – Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a governos

Bloco Discursivo 1	Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos	SDs 21 - 25
Bloco Discursivo 2	Possíveis soluções para os problemas	SDs 26 - 27

	climáticos, entendidas como responsabilidade de governos	
--	--	--

A partir da apresentação desses quadros, passamos à análise de cada um desses recortes, bem como de seus respectivos blocos discursivos, tratando das marcas linguísticas deixadas pelos alunos e dos efeitos de sentidos que elas produzem na materialidade do discurso.

3.2 As análises

No processo de análise, entendemos que, embora todos os alunos estejam inscritos em uma mesma FD (a qual denominamos **FD dos alunos**), o imaginário que eles têm dos problemas climáticos se diferencia em duas posições-sujeito já citadas em 3.1. Com essa diferença, atestamos a não homogeneidade de dizeres. É isso que buscamos evidenciar nos recortes que se seguem.

Como também já expressamos no item anterior, primeiramente trataremos do Recorte discursivo 1: “Responsabilidade e Possíveis Soluções Atribuídas ao Homem”, dividindo-o em dois blocos: (Problemas climáticos entendidos como responsabilidade do Homem; Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem).

Posteriormente, trataremos do Recorte discursivo 2: “Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a governos”, dividindo-o também em dois blocos: (Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos; Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade de governos).

Nestes recortes e seus respectivos blocos, analisaremos as regularidades do discurso sobre os problemas climáticos, que foram destacadas e serão retomadas nas análises de cada bloco, como poderá ser visto a seguir.

3.2.1 Recorte Discursivo 1 – Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao homem

Este recorte discursivo subdivide-se em dois blocos nos quais são apresentadas as sequências discursivas, oriundas da mesma formação discursiva (denominada FD dos alunos) que remetem à posição-sujeito 1: a de que o Homem tanto é o responsável pelos problemas climáticos, quanto pelas possíveis soluções.

Consideramos importante destacar que esta posição-sujeito se faz presente em todos os textos que compõem nosso arquivo e foi a que apresentou o maior número de ocorrências, um total de vinte sequências discursivas.

Quando o sujeito nasce, os discursos já estão circulando e este sujeito passa a fazer parte dessa filiação de sentidos e de discursos, de acordo com a sociedade a que pertence. Assim, esse sujeito toma o que já foi dito (involuntariamente) como se fosse seu dizer (esquecimentos), tomando essa responsabilidade para si. Isso ocorre por um processo de identificação com a FD, o local que o sujeito ocupa na sociedade. Por isso que, ao refletirmos sobre a questão do sujeito no âmbito da AD, entendemos que pode ocupar várias posições no discurso, pois é fragmentado em função de sua constituição inconsciente e também pelo atravessamento ideológico.

A seguir, iniciamos a apresentação das análises da primeira posição-sujeito envolvida neste processo de argumentação, tratando das regularidades do discurso⁴, como veremos, especificamente, a seguir.

3.2.1.1 Bloco Discursivo 1 - Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade do homem

As quatorze SDs apresentadas neste bloco discursivo 1 possibilitam a compreensão de que os alunos, ao assumirem a posição-sujeito de que os problemas climáticos são responsabilidade do Homem, recorrem a diferentes recursos como:

⁴ As recorrências já foram citadas na metodologia ainda neste capítulo, no entanto, consideramos importantes retomá-las. Portanto, analisaremos as posições-sujeito; o uso da terceira pessoa quanto à impessoalização; o uso da primeira pessoa “nós”, isto é, a pessoalização; o uso de pronomes indefinidos, categoria gramatical de impessoalização.

- a) o uso da terceira pessoa, possibilitando a produção de um efeito de sentido de que não se consideram participantes desta situação (com exceção da SD 07), remetendo-nos a um efeito de indeterminação/impessoalização, no qual o sujeito se exclui de qualquer responsabilidade em relação aos problemas climáticos;
- b) o uso da primeira pessoa do plural “**nós**” e das expressões “**nós homens**” e “**nossa causa**”, nas quais ocorre a pessoalização do sujeito que se inclui na responsabilidade dos problemas climáticos (SD 07);
- c) o uso de pronomes indefinidos como “**Tudo**”, “**todo mundo**”, “**tudo isso**”, “**mundo todo**”, demonstrando outra categoria gramatical de indeterminação/impessoalização, na qual o sujeito se exclui da responsabilidade dos problemas climáticos (SDs 01, 02, 04, 11).

Os enunciados selecionados para a análise atestam as regularidades recém referidas, e além de serem representativos do discurso da turma de alunos demonstram, em maior número, características de impessoalidade.

Em continuidade às considerações aqui postas, destacamos que, já nas primeiras leituras das SDs deste bloco, identificamos, de modo geral, que a posição-sujeito desses alunos bifurca-se em dois argumentos principais: 1) em que o sujeito-aluno se refere ao Homem como responsável pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação; 2) em que o sujeito-aluno, ao afirmar que a culpa é do Homem, se inclui nesta responsabilidade, que é o caso da SD 07. Vejamos abaixo as SDs que compõem esse bloco:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as consequências da destruição do meio ambiente, como: extinção de animais e plantas, incêndios florestais, derretimento dos pólos e outros desastres ambientais – desastres desse tipo acontecem em todos os continentes. (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso e foi provado, podemos ver pela quantidade de poluição na atmosfera. (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem . O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta. Isso tudo está ocorrendo graças ao seu descuido com

	o meio ambiente. (...) Visando apenas lucros próprios está devastando florestas com queimadas, exploração ilegal de madeira para a indústria de papel e de moveis. (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo ... (...) (T 02)
SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta, poluindo, desmatando, queimando... (...) (T 03)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 05	(...) Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente... (...) O aquecimento global se constitui a partir desses descuidos... (...) (T 05)
SD 06	(...) Cada vez mais, os pesquisadores alertam que o planeta sentiria no futuro o impacto do descuido do homem com o ambiente... (...) (T 06)
SD 07	Ondas de calor insuportáveis, furacões devastadores, secas duradouras onde havia água em abundância, incêndios florestais e derretimento dos pólos. Esses fenômenos são a consequência de que nós homens estamos fazendo com o meio ambiente (...) O mundo está se acabando por nossa causa (...) (T 07)
SD 08	Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem , embora meteorologistas afirmam que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno... (...) (T 08)
SD 09	O mundo está revoltado com ações dos seres humanos em relação ao meio ambiente... (...) Isso tudo está acontecendo porque o homem quer mais indústrias e desmata para construir mais indústrias... (...) (T 09)
SD 10	(...) Só agora que as pessoas conseguiram ouvir e enxergar as consequências que causaram (...) As consequências disso é o resultado do que o ser humano já fez e o que está fazendo. (...) O homem está poluindo o ar... (...) (T 10)
SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem , com suas fábricas que poluem o ar, os lixos que poluem os rios e lagos e o desmatamento ilegal de árvores (...) (T 11)
SD 12	(...) A ação do homem está o destruindo e por causa disso ocorrem

	mudanças climáticas (...) (T 12)
SD 13	A poluição, o desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio ambiente estão entre as principais causas do aquecimento global... (...) (T 13)
SD 14	(...) O aquecimento global é o resultado da ação do homem (...) As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem . (...) (T 14)

As SDs acima apresentadas possibilitam a compreensão de que o funcionamento discursivo dos argumentos principais deste primeiro bloco, ocorre basicamente, pelo recurso da indeterminação/impessoalização do sujeito. Passamos, então, a tratar desse estudo.

3.2.1.1.1 O uso da terceira pessoa remetendo à indeterminação/impessoalização do sujeito

Conforme explicitado anteriormente, destacamos que todas as SDs deste bloco, com exceção da SD 07, trazem presente o argumento de que o HOMEM é o responsável pelos problemas climáticos. Além disso, observamos também que, na grande maioria das SDs, há passagens em que os sujeitos-alunos, através da marca linguística da terceira pessoa (ELE = O HOMEM), talvez, até de forma inconsciente, excluam-se de qualquer tipo de responsabilidade, evidenciando a identificação com o argumento principal 1. Observem-se as SDs deste bloco em análise que permitem atestar tal regularidade:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as consequências da destruição do meio ambiente, como: extinção de animais e plantas, incêndios florestais, derretimento dos pólos e outros desastres ambientais – desastres desse tipo acontecem em todos os continentes. (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso e foi provado, podemos ver pela quantidade de poluição na atmosfera. (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
-------	---

SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem . O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta. Isso tudo está ocorrendo graças ao seu descuido com o meio ambiente. (...) Visando apenas lucros próprios está devastando florestas com queimadas, exploração ilegal de madeira para a indústria de papel e de moveis. (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo... (...) (T 02)
SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta, poluindo, desmatando, queimando... (...) (T 03)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 05	(...) Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente... (...) O aquecimento global se constitui a partir desses descuidos... (...) (T 05)
SD 06	(...) Cada vez mais, os pesquisadores alertam que o planeta sentiria no futuro o impacto do descuido do homem com o ambiente... (...) (T 06)
SD 08	Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem , embora meteorologistas afirmam que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno... (...) (T 08)
SD 09	O mundo está revoltado com ações dos seres humanos em relação ao meio ambiente... (...) Isso tudo está acontecendo porque o homem quer mais indústrias e desmata para construir mais indústrias... (...) (T 09)
SD 10	(...) Só agora que as pessoas conseguiram ouvir e enxergar as consequências que causaram (...) As consequências disso é o resultado do que o ser humano já fez e o que está fazendo. (...) O homem está poluindo o ar... (...) (T 10)
SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem , com suas fábricas que poluem o ar, os lixos que poluem os rios e lagos e o desmatamento ilegal de árvores (...) (T 11)
SD 12	(...) A ação do homem está o destruindo e por causa disso ocorrem

	mudanças climáticas (...) (T 12)
SD 13	A poluição, o desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio ambiente estão entre as principais causas do aquecimento global... (...) (T 13)
SD 14	(...) O aquecimento global é o resultado da ação do homem (...) As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem . (...) (T 14)

Se observados os fragmentos grifados, em todas as SDs recém apresentadas, “O HOMEM” é a regularidade do discurso, com algumas variações como “**do homem**” SDs (02, 05, 06, 08, 12, 13), “**ações do homem**” SD (02), “**atividade humana**” SD (04), “**seres humanos**” SD (09), “**ser humano**” SD (10), “**ação do homem**” SD (14), “**pelo homem**” SDs (14).

Desta forma, os sujeitos-alunos, ao empregarem “O HOMEM”, que funciona como uma terceira pessoa, impessoalizam o discurso. Diante desta constatação, consideramos necessário abordar as especificidades do funcionamento discursivo da terceira pessoa, a fim de compreender que(ais) efeito(s) de sentido provoca nos argumentos dos textos analisados. Para tanto, entendemos também importante examinarmos como essa forma pronominal é tratada sob a ótica da Gramática Normativa e, posteriormente, pela Teoria da Enunciação e Análise do Discurso.

No âmbito gramatical, observamos a partir de Bechara (2009, p. 162), em sua obra *Moderna Gramática Portuguesa*, que são duas as pessoas determinadas do discurso: 1.^a *eu* (a pessoa correspondente ao falante) e 2.^a *tu* (correspondente ao ouvinte). A 3.^a pessoa, indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa. Sendo assim, embasados pela perspectiva da gramática, compreendemos que o uso da terceira pessoa (ELE = HOMEM), nos fragmentos discursivos grifados, nos permite evidenciar esse traço característico de indeterminação, ou seja, a inexistência de um referente. Vejamos os trechos que comprovam tal indeterminação e/ou impessoalização:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as conseqüências (...) Todo mundo está dizendo que o homem é
-------	---

	responsável por tudo isso (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem . O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo... (...) (T 02)
SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta (...) (T 03)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 05	(...) Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente (...) (T 05)
SD 06	(...) Cada vez mais, os pesquisadores alertam que o planeta sentiria no futuro o impacto do descuido do homem com o ambiente... (...) (T 06)
SD 08	Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem , embora meteorologistas afirmam que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno... (...) (T 08)
SD 09	O mundo está revoltado com ações dos seres humanos em relação ao meio ambiente... (...) Isso tudo está acontecendo porque o homem quer mais indústrias e desmata para construir mais indústrias... (...) (T 09)
SD 10	(...) Só agora que as pessoas conseguiram ouvir e enxergar as consequências que causaram (...) As consequências disso é o resultado do que o ser humano já fez e o que está fazendo. (...) O homem está poluindo o ar... (...) (T 10)
SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem , com suas fábricas que poluem o ar (...) (T 11)
SD 12	(...) A ação do homem está o destruindo e por causa disso ocorrem mudanças climáticas (...) (T 12)
SD 13	A poluição, o desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio ambiente estão entre as principais causas do aquecimento global... (...)

	(T 13)
SD 14	(...) O aquecimento global é o resultado da ação do homem (...) As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem . (...) (T 14)

Os trechos das SDs apresentados confirmam a inserção de seus sujeitos-alunos à posição-sujeito 1, de que o HOMEM é o responsável pelos problemas climáticos e também ao argumento principal 1, em que os sujeitos-alunos se referem ao HOMEM como responsável pelas mudanças climáticas, mas não se incluem nesta situação. Nesse sentido, visualizamos, como exemplificação, o funcionamento da terceira pessoa no âmbito gramatical, a SD 03:

SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta (...) (T 03)
-------	---

Nesta, o sujeito-aluno, além de atribuir a culpa ao HOMEM, indeterminando/impepersonalizando seu discurso, também faz uso do pronome possessivo “**sua**” - que indica posse de alguma coisa por parte da terceira pessoa do discurso “**ele(s)**” - para reforçar o argumento de que é o HOMEM que está destruindo a “**sua**” própria casa, o planeta (...), trazendo à tona uma ideia de indignação com essas atitudes e, ao mesmo tempo, se excluindo mais fortemente (por meio do “**ele**”) que os demais desse processo destrutivo.

Em outra perspectiva teórica, buscamos em Benveniste (1995), no estudo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1966) que o “ele” pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, uma vez que “ele” em si, não designa especificamente nada nem ninguém. Ainda para o autor, é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não-pessoa.

Registra este autor que a pessoa “eu” significa quem fala, “eu” é quem diz “eu” e que a pessoa “tu” significa aquele com quem se fala, aquele a quem o “eu” diz “tu”, que por esse fato se torna o interlocutor. Em outras palavras, para Benveniste, o “eu” e o “tu” são pessoas do diálogo, enquanto que o “ele” é substituto pronominal de um grupo nominal, de que tira a referência, aquele de que “eu” e “tu” falam. Vejamos os trechos abaixo:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as conseqüências (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem . O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo... (...) (T 02)
SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta (...) (T 03)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 05	(...) Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente (...) (T 05)
SD 06	(...) Cada vez mais, os pesquisadores alertam que o planeta sentiria no futuro o impacto do descuido do homem com o ambiente... (...) (T 06)
SD 08	Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem , embora meteorologistas afirmam que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno... (...) (T 08)
SD 09	O mundo está revoltado com ações dos seres humanos em relação ao meio ambiente... (...) Isso tudo está acontecendo porque o homem quer mais indústrias e desmata para construir mais indústrias... (...) (T 09)
SD 10	(...) Só agora que as pessoas conseguiram ouvir e enxergar as conseqüências que causaram (...) As conseqüências disso é o resultado do que o ser humano já fez e o que está fazendo. (...) O homem está poluindo o ar... (...) (T 10)
SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem , com suas fábricas que poluem o ar (...) (T 11)
SD 12	(...) A ação do homem está o destruindo e por causa disso ocorrem mudanças climáticas (...) (T 12)
SD 13	A poluição, o desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio

	ambiente estão entre as principais causas do aquecimento global... (...) (T 13)
SD 14	(...) O aquecimento global é o resultado da ação do homem (...) As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem . (...) (T 14)

Considerando os trechos das SDs recém referidas e o ponto de vista da Teoria da Enunciação, confirmamos a concepção de Benveniste de que (ELE = O HOMEM), pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum. Nesse sentido, observemos, então, como exemplificação do funcionamento da terceira pessoa no âmbito enunciativo, a SD 01:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as conseqüências (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
-------	--

Como podemos perceber, o sujeito-aluno enfatiza com três ocorrências na mesma SD através de “O HOMEM = ELE = NÃO EU” a posição-sujeito 1 de que o HOMEM é o responsável pelos problemas climáticos e também o argumento principal 1, no qual se refere ao HOMEM como responsável pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação. Podemos também entender o fragmento “... **Todo mundo está dizendo...**” como um “mascaramento” da terceira pessoa “ELE = HOMEM”, que “... **é responsável por tudo isso...**”. Esse “tudo isso” remete novamente aos problemas climáticos, que o aluno-sujeito insiste em referir-se pelo uso de pronomes indefinidos, que contribuem para a noção da pessoa amplificada e difusa defendida por Benveniste.

Já no âmbito da Análise do Discurso, as regularidades dessas SDs nos permitem entender como a não unicidade do sujeito é tratada. Os sujeitos-alunos recorrem, através do interdiscurso, a um já dito que, de certo modo, tem relação com a história de leitura de cada um deles. Logo, a identidade do sujeito se configura como posições histórico-sociais, que desdobram o sujeito na dispersão textual.

Assim, podemos considerar que a sustentação argumentativa é “buscada” no interdiscurso, isto é, a argumentação se constitui enquanto gesto interpretativo do

sujeito, no caso, o sujeito-aluno que, determinado pela ideologia e atravessado pela ordem do inconsciente, traz para o fio de seu discurso uns e não outros argumentos. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como espaço de latência de sentidos, como o lugar do outro e, ao mesmo tempo, funciona aí também a memória discursiva, espaço lacunar que permite diferentes gestos de argumentação.

Observemos que, na perspectiva da AD, os sujeitos-alunos, embora também usem a terceira pessoa, o fazem pelo viés do já-dito, ou seja, de um discurso já cristalizado, conforme as SDs deste bloco 1 (exceto a SD 07):

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as conseqüências (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
-------	--

SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem . O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo... (...) (T 02)
SD 03	(...) O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta (...) (T 03)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 05	(...) Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente (...) (T 05)
SD 06	(...) Cada vez mais, os pesquisadores alertam que o planeta sentiria no futuro o impacto do descuido do homem com o ambiente... (...) (T 06)
SD 08	Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem , embora meteorologistas afirmam que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno... (...) (T 08)
SD 09	O mundo está revoltado com ações dos seres humanos em relação ao meio ambiente... (...) Isso tudo está acontecendo porque o homem quer mais indústrias e desmata para construir mais indústrias... (...) (T 09)
SD 10	(...) Só agora que as pessoas conseguiram ouvir e enxergar as

	consequências que causaram (...) As consequências disso é o resultado do que o ser humano já fez e o que está fazendo. (...) O homem está poluindo o ar... (...) (T 10)
--	---

SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem , com suas fábricas que poluem o ar (...) (T 11)
SD 12	(...) A ação do homem está destruindo e por causa disso ocorrem mudanças climáticas (...) (T 12)

SD 13	A poluição, o desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio ambiente estão entre as principais causas do aquecimento global... (...) (T 13)
SD 14	(...) O aquecimento global é o resultado da ação do homem (...) As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem . (...) (T 14)

Esse funcionamento discursivo da indeterminação/impessoalização, nessas SDs, revela que estamos diante de sujeitos dispersos e heterogêneos, não sendo a fonte dos sentidos, mas parte constitutiva do processo de produção, que através do uso do substantivo HOMEM, o qual remete a ELE (terceira pessoa), se eximem de qualquer forma de responsabilidade em relação aos problemas climáticos. Cabe aqui ressaltarmos que, em todas as SDs deste bloco 1 (exceto SD 07), os sujeitos-alunos assumem em seus discursos uma total identificação tanto com a posição-sujeito 1 quanto com o argumento principal 1. Isto significa que, para estes sujeitos-alunos, o HOMEM é o responsável pelos problemas climáticos, no entanto, os sujeitos-alunos não se incluem nesta responsabilidade, mesmo fazendo parte sim da humanidade.

O uso da terceira pessoa, portanto, nos fragmentos discursivos sublinhados, permite compreender que, embora os sujeitos-alunos excluam-se como homens componentes da humanidade, o efeito de sentido que se produz é o de que, quando argumentam, “esquecem” que pertencem ao conjunto dos referentes discursivos por eles nomeados – o efeito de sentido parece ser o de estarem fora do discurso. Entendemos que isso ocorra de forma inconsciente, uma vez que estes sujeitos-

alunos estão dispersos, descentrados e retomando dizeres do interdiscurso, pelo viés da sua formação discursiva (a FD dos alunos), mesmo porque na própria significação do substantivo HUMANIDADE se faz presente o valor coletivo da expressão.

Ao contrário da impessoalização do sujeito, que é regularidade nas treze SDs do bloco em análise, observamos, no e pelo funcionamento do discurso, o uso da pessoalização por meio do pronome “nós”. É sobre essa questão que tratamos a seguir.

3.2.1.1.2 O uso do “nós” remetendo à pessoalização do sujeito

Diferente das SDs analisadas no bloco anterior, apresentamos aqui o único caso em que ocorre a pessoalização do sujeito por meio do uso do pronome “nós”, conforme evidenciamos na sequência discursiva abaixo.

SD 07	Ondas de calor insuportáveis, furacões devastadores, secas duradouras onde havia água em abundância, incêndios florestais e derretimento dos pólos. Esses fenômenos são a consequência de que nós homens estamos fazendo com o meio ambiente (...) O mundo está se acabando por nossa causa (...) (T 07)
-------	--

Conforme nossa compreensão, o ponto de vista desse aluno revela o segundo argumento principal deste recorte, já citado anteriormente, em que através dos pronomes “nós” e “nossa”, ao argumentar que a responsabilidade é do HOMEM, assume também sua parcela de culpa.

Nesse contexto de reflexão, consideramos importante também enfatizar que, do ponto de vista gramatical, segundo Giacomozzi (1999), em sua obra *Estudos de Gramática*, o “nós” refere-se à primeira pessoa do discurso (à pessoa que fala), enquanto que “ele”, refere-se à terceira (o assunto: pessoa ou coisa de quem se fala).

Ainda nessa mesma perspectiva, segundo Bechara (2009, p. 164), em sua obra *Moderna Gramática Portuguesa*, o plural “nós” indica *eu* mais outra ou outras pessoas, e não *eu + eu*. O autor explicita sobre esta questão em nota de rodapé p.164:

“O simples fato de que palavras diferentes sejam muito geralmente empregadas para “eu” e “nós” (e também para “tu” e “vós”) é suficiente para excetuar os pronomes dos processos ordinários de pluralização(...). Na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal, pelo menos tal como se representa ordinariamente. Está claro, de fato, que a unidade e a subjetividade inerente a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eus” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma *junção* entre o “eu” e o “não eu”, seja qual for o conteúdo desse “não eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós” [EBv.I,256]. O plural de “eu” como “mera palavra” ou como substantivo para significar ‘a personalidade de quem fala’ tem normalmente o plural “eus””.

Realizando um deslocamento do âmbito das gramáticas, é Benveniste (1995), que, na perspectiva de uma teoria enunciativa, afirma em relação ao “nós” que não se trata da multiplicação de objetos idênticos, mas da junção de um “eu” com um “não-eu”. Nesse sentido, o autor explicita que

[...] a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas. (...) Quanto à não-pessoa (terceira pessoa), a pluralização verbal, quando não é o predicado gramaticalmente regular de um sujeito plural, cumpre a mesma função que nas formas “pessoais”: exprime a generalidade indecisa do on (tipo *dicunt, they say* [= “dizem”]. É a própria não-pessoa que, estendida e ilimitada pela sua expressão, exprime o conjunto indefinido dos seres não pessoais. Tanto no verbo como no pronome pessoal, o plural é fator de ilimitação, não de multiplicação (BENVENISTE, 1995, p.258).

Aqui entendemos pertinente ressaltar que, ainda segundo o autor, há três tipos de “nós”: um “nós” inclusivo, que é dêitico, em que ao “eu” se acrescenta um “tu” (singular ou plural); um “nós” exclusivo, em que ao “eu” se juntam “ele” ou “eles” (nesse caso, o texto deve estabelecer que sintagma nominal o “ele” presente no “nós” substitui) e um “nós” misto, em que ao “eu” se acrescentam “tu” (singular ou plural) e “ele(s)”.

No entanto, nesta pesquisa, o que nos interessa não é o fato de que “nós” é considerado pessoa do discurso ou não. O que nos interessa é compreender como

esse pronome está funcionando nos textos em análise. Nesse sentido, passamos a tratar do uso do “nós” no âmbito do discurso. Para tanto, recorreremos a Cazarin (2005). A autora se reporta à questão do “nós” a partir de Geffroy (1985), afirmando:

[...] essa forma pronominal equivale a “eu” mais “outra(s) pessoa(s)” e é, em uma única sílaba, auto e hetero designativo; “nós” é a primeira encarnação do “mais de um”. Elemento não apenas lingüístico, “nós” tem, com frequência, o papel de um “locutor coletivo”, embora suas funções nem sempre se limitem àquelas do dizer. Essa é uma forma pronominal rica em potencialidades dialógicas e a análise de seu funcionamento discursivo coloca duas questões centrais: quais pessoas o “nós” convoca para si e por quê?(CAZARIN, 2005, p.272).

Geffroy, conforme Cazarin (2005), afirma que a riqueza das potencialidades enunciativas do “nós” só pode ser definida por sua exterioridade, ou seja, para que se possa designar a referência ou autorreferência do “nós”, é necessário levar em conta os laços sociais, a constituição do sujeito falante em sujeito do discurso, enfim, a ideologia (op. cit., p.89). E são os estudos dessa autora que se aproximam do tratamento dado ao funcionamento discursivo do “nós” em nossa pesquisa. Dando sequência ao estudo do “nós”, Cazarin (2005) cita Indursky, que, ao tratar das diferentes formas de representações do sujeito, escreve: “o plural “nós”, em regra, expressa uma “pessoa” ampliada e ambígua e é essa ampliação do “eu” que possibilita ao enunciador integrar outros enunciadores a seu dizer” (CAZARIN, 2004, p. 66-76).

No caso da SD em análise, especificamente o fragmento “... nós homens...”, nos permite compreender que “homens” funciona aqui como um aposto. Do ponto de vista gramatical, segundo Giacomozzi (1999) e Bechara (2009), o aposto é uma palavra ou expressão que explica, esclarece ou resume um termo a que se refere. Ainda para os autores acima citados, o termo ao qual se refere o aposto pode exercer qualquer função sintática dentro da oração. Assim, o aposto pode se referir ao sujeito, ao objeto direto, ao objeto indireto, ao predicativo, ao agente da passiva, ao adjunto adverbial, ao complemento nominal e, até mesmo, a outro aposto. Tendo essas questões como pano de fundo, vale esclarecer que, sob a perspectiva gramatical, o aposto funciona como algo que, se fosse retirado da frase, não faria falta. Entretanto, discursivamente, não é esse o entendimento, pois o aposto é carregado de sentido, tornando-se indispensável.

Em função disso, entendemos que “homens” preenche e determina o “nós”, reforçando e enfatizando claramente a inserção do sujeito-aluno à responsabilidade pelos problemas climáticos. Em outras palavras, o aposto “homens”, aqui considerado numa perspectiva discursiva, possibilita a designação da referência do “nós” que, segundo Geffroy (1985), só pode ser definida por sua exterioridade, como, além do sujeito-aluno, também todos os homens em geral, fazendo com que este sujeito se inclua diretamente, diferentemente da concepção de Benveniste de que o “nós” exprime uma generalidade indecisa.

Outra regularidade que emerge nas SDs analisadas é o uso de pronomes indefinidos, remetendo, novamente, à impessoalização, conforme veremos a seguir.

3.2.1.1.3 O uso de pronomes indefinidos remetendo à indeterminação/impessoalização do sujeito

No discurso analisado, observamos que a recorrência dos pronomes indefinidos aponta, mais uma vez, para a indeterminação/impessoalização do sujeito, remetendo, no entanto, a um funcionamento diferente do uso do “ELE” abordado no item (3.2.1.1.1) deste bloco. As sequências discursivas abaixo evidenciam esse recurso argumentativo:

SD 01	Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as consequências da destruição do meio ambiente, como: extinção de animais e plantas, incêndios florestais, derretimento dos pólos e outros desastres ambientais – desastres desse tipo acontecem em todos os continentes. (...) Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso e foi provado, podemos ver pela quantidade de poluição na atmosfera. (...) O homem ultrapassou muito seus limites de explorações... (T 01)
SD 02	A terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem. O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta. Isso tudo está ocorrendo graças ao seu descuido com

	o meio ambiente. (...) Visando apenas lucros próprios está devastando florestas com queimadas, exploração ilegal de madeira para a indústria de papel e de moveis. (...) Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo ... (...) (T 02)
SD 04	(...) Tudo isso está sendo causado (...) pelo resultado da atividade humana (...) (T 04)
SD 11	(...) Quem é responsável por tudo isso é o homem, com suas fábricas que poluem o ar, os lixos que poluem os rios e lagos e o desmatamento ilegal de árvores (...) (T 11)

Dentre as SDs representativas do argumento em que o sujeito-aluno se refere ao HOMEM como responsável pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação, constatamos que a SD 01, ao ser introduzida pelo pronome indefinido “tudo”, evidencia a inexistência de um referente em seu argumento. Do ponto de vista da gramática, “tudo” indica de modo vago a terceira pessoa do discurso, o que não permitiria atribuir-lhe um sentido preciso e único.

Segundo Bechara (2009, p.199), “tudo” refere-se às coisas consideradas em sua totalidade ou conjunto e, normalmente, se apresenta como termo absoluto, desacompanhado de determinado. No entanto, o seu emprego absoluto apresenta duas exceções, sendo que uma se faz presente nas SDs (01, 02, 04, 11) que estamos analisando: quando se combina com os demonstrativos *isto*, *isso* ou *aquilo*. Observemos:

- SD 01: (tudo isso);
- SD 02: (isso tudo);
- SD 04: (tudo isso);
- SD 11: (tudo isso).

Em tais construções, o demonstrativo funciona como núcleo do sintagma nominal e o indefinido como seu adjunto. Ainda sobre o emprego de “**tudo mundo**” na SD 01 e de “**mundo todo**” na SD 02, entendemos do ponto de vista gramatical, que na própria significação destas expressões se fazem presentes o valor coletivo de cada uma delas.

Porém, no âmbito da AD, seu sentido argumentativo pode ser resgatado pela exterioridade, ou seja, a historicidade pode dar conta, pelo interdiscurso, remetendo

ao pronome “tudo”, diferentes efeitos de sentido, tais como as mudanças climáticas atuais, a necessidade de preservação do meio ambiente, desastres ambientais, o cuidado com o planeta, entre outros.

No fragmento que segue da SD 01: “Tudo antes era avisado, mas o homem não cuidou e agora sofre as consequências da destruição do meio ambiente... Todo mundo está dizendo que o homem é responsável por tudo isso... O homem ultrapassou muito seus limites...”; o argumento que se sobressai é de que o HOMEM é o culpado e não EU (sujeito-aluno).

Para melhor compreendermos esse funcionamento discursivo, retomamos agora a questão do sujeito. Em AD, não há lugar para um sujeito pleno, uno: o sujeito é descentrado – não é fonte nem responsável pelo sentido que produz, é apenas parte desse processo; é ele mais o outro, mais o inconsciente, ou seja, o sujeito não é “senhor” de sua fala, nem dotado de intenções; ao contrário, é concebido como social e historicamente determinado e se produz como efeito-sujeito, uma vez que se identifica com a forma-sujeito, mas não a preenche. Isso significa que o sujeito não decide livremente seu discurso (Indursky, 1997, p. 27-28).

Diante do exposto, percebemos que em todas as SDs (exceto SD 07), os sujeitos-alunos se apresentam como se estivessem fora do discurso, o que nos faz refletir sobre que sujeito é esse que escreve. Nesse sentido, entendemos pertinente destacar que esse sujeito, na ilusão necessária de ser fonte do que diz, até pode argumentar com uma certa intenção, só que não tem controle sobre os efeitos de sentido produzidos, ocasionando (re)significações que podem ser resgatadas pelo viés do interdiscurso.

Em síntese, podemos compreender que os argumentos são os pontos de vista e, portanto, a argumentação se dá a partir da posição-sujeito que busca no interdiscurso uns e não outros enunciados para constituir seu dizer. Esses foram os principais efeitos de sentidos produzidos em relação às análises realizadas neste primeiro bloco.

No próximo bloco discursivo, analisaremos as possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem. Neste bloco poderemos observar que no processo de argumentação há a mesma posição-sujeito em que o aluno, ao discursivizar, oscila por argumentos diferentes, ora incluindo-se, ora se excluindo.

3.2.1.2 Bloco discursivo 2 - Possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem

Dando continuidade às análises, depois de termos analisado o bloco discursivo 1, observando a indeterminação/impessoalização e pessoalização do sujeito, o uso do nós e dos pronomes indefinidos, neste item, apresentamos o segundo bloco discursivo, apresentando as sequências discursivas que remetem para a mesma posição-sujeito do bloco anterior, só que agora os argumentos são em relação às possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade do Homem. Destacamos que esta posição-sujeito se faz presente em seis textos do *corpus*, daí as seis sequências discursivas. Isso posto, iniciamos as análises deste segundo bloco.

SD 15	(...) Nisto tudo, basta todos nos conscientizarmos e fazermos a nossa parte para salvarmos o planeta. (...) (T 05)
SD 16	(...) O mundo está se acabando por nossa causa e é melhor as pessoas se conscientizarem antes que seja tarde demais. (T 07)
SD 17	(...) Mas nós podemos resolver isso... (T 09)
SD 18	(...) As pessoas deviam se conscientizar de seus atos (...) e por isso todos nós seres humanos devemos cuidar do planeta. (...) (T 10)
SD 19	(...) Percebemos que a Terra está se acabando, por isso devemos cuidar dela. Se cada um fazer sua parte (...) (T 11)
SD 20	(...) Vamos tentar colaborar com pequenas ações, com o que nós podemos fazer. Se cada um fizer a sua parte podemos diminuir os efeitos desse fenômeno. (T 14)

A análise até aqui realizada aponta para o fato de que, embora o sujeito-aluno se represente argumentativamente por meio de diferentes formas pronominais, as mais recorrentes são “ele” e “nós”, o que nos fez tratar, já no bloco anterior, de suas especificidades nos âmbitos gramatical, enunciativo e discursivo.

Neste segundo bloco discursivo, analisamos as possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade do Homem, em que a argumentação sempre se dará através da posição-sujeito como ponto de vista do

sujeito-aluno, enfatizando não um ponto de vista empírico, mas dos saberes da posição-sujeito.

No funcionamento discursivo das seis SDs, os sujeitos-alunos dispersam-se não só pelo fato de argumentar nas mesmas condições de produção, representando-se de diferentes maneiras (“nós”, “ele”), mas pelo fato de, ao estabelecerem a interlocução com seus pares, representarem-se no discurso, ora incluindo-se no princípio argumentativo a que as formas pronominais remetem, ora enunciando como se não pertencessem ao princípio argumentativo que as formas pronominais remetem.

Observemos que na SD 15, o sujeito-aluno argumenta a partir do apelo de que “... Nisto tudo, basta todos nos conscientizarmos e fazermos a nossa parte para salvarmos o planeta...”, evidenciando enfaticamente sua inclusão a partir do “nós”, ou seja, o reconhecimento e a aceitação de que é capaz sim de contribuir para a solução dos problemas climáticos, assim como também evidenciado na SD 17, na qual o aluno expressa claramente seu desejo de contribuição ao afirmar “...nós podemos resolver isso...”.

Partindo do pressuposto de que um sujeito, no interior de uma mesma formação discursiva, não pode estar em duas posições-sujeito ao mesmo tempo, observamos nos fragmentos grifados das SDs 16 e 18 deste bloco discursivo, a ocorrência de um sujeito que, ao escrever, vacila entre incluir-se ou não nessa responsabilidade, daí sua contradição.

Na SD 16, o sujeito-aluno, ao argumentar, se contradiz ao afirmar que “... O mundo está se acabando por nossa causa e é melhor as pessoas se conscientizarem...”. Ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade pelos problemas climáticos, a transfere para as outras pessoas, revelando, assim, sua parcial exclusão, e, conseqüentemente, o vacilo.

Na SD 18, ocorre uma inversão do funcionamento discursivo em relação à SD 16. Isso porque na SD 16, o sujeito-aluno oscila de uma inclusão para uma exclusão de responsabilidade, enquanto que, na SD 18, de uma exclusão para uma inclusão. Retomando a análise da SD 18, outra marca linguística do sujeito-aluno aqui evidenciada é o uso do aposto “seres humanos” em relação ao “nós”, em que mais uma vez, sob o ponto de vista da AD, tem sua referência resgatada pelo interdiscurso.

Ainda na referida SD, percebemos que, além de, num primeiro momento, excluir-se das possibilidades de solução e reforçar este argumento a partir da marca linguística representada pelo pronome possessivo “seus”, o sujeito-aluno, posteriormente, reconhece e reitera sua inclusão por meio da expressão “todos nós seres humanos”. Com isso entendemos que o mesmo sujeito oscila entre diferentes pontos de vista (argumentos), ou seja, inclusão e exclusão na responsabilidade de possíveis soluções para os problemas climáticos.

Nesse contexto de discussão, convém questionarmos: o que faz com que um mesmo aluno, ao argumentar, oscile entre diferentes pontos de vista (argumentos), já que ora se inclui, ora se exclui, evidenciando contradições em seu discurso?

Para Carreira (2000), “mesmo quando o sujeito do discurso tenta controlar e direcionar o sentido do que diz ou escreve o “eu” vacila, ou seja, algo no seu dizer vem à tona, à sua revelia, fazendo com que ocorram inevitáveis deslocamentos de sentido”. No funcionamento discursivo das SDs ora em análise neste bloco, atestamos tal regularidade, uma vez que o sujeito não consegue controlar os sentidos, pois os efeitos da ideologia o afetam de maneira inconsciente, isto é, sem que o sujeito necessariamente se dê conta. Logo, na nossa compreensão, mesmo que o sujeito escolha intencionalmente determinados argumentos para produzir os efeitos de sentido, nada lhe garante que os mesmos produzam os sentidos desejados.

O afirmado anteriormente sinaliza para o fato de que, segundo a AD, as duas posições-sujeito identificadas na FD dos alunos, são capazes de suportar a diferença e até mesmo a contradição, isso porque os dizeres de uma posição-sujeito não são homogêneos; pelo contrário, são heterogêneos. Observemos ainda esse funcionamento discursivo nas SDs que se seguem:

Na SD 19 também evidenciamos a oscilação nos argumentos do sujeito-aluno, ou seja, o vacilo, entre incluir-se “(...) Percebemos que a Terra está se acabando, por isso devemos cuidar dela (...)” e excluir-se “(...) Se cada um fazer sua parte (...)”.

A SD 20 se diferencia um pouco pelo fato da ocorrência de uma “mistura” do “nós” com a terceira pessoa, revelando que o sujeito-aluno, novamente, talvez até inconscientemente, oscila entre diferentes pontos de vista, já que ora se inclui “(...) Vamos tentar colaborar com pequenas ações, com o que nós podemos fazer (...)”,

ora se exclui de suas responsabilidades “(...) Se cada um fizer a sua parte podemos diminuir os efeitos desse fenômeno (...)”.

Diante destas considerações, entendemos que o sujeito-aluno, afetado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, nas representações em que se inclui aos referentes discursivos que as formas pronominais nomeiam, estabelece uma relação de contradição, ocasionada por um deslizamento de sentido no momento de buscar no interdiscurso uns e não outros enunciados para constituir seu dizer, ou seja, sua argumentação. Assim, compreendemos que, embora todas as sequências argumentativas da posição-sujeito 1 apresentem o mesmo princípio argumentativo, estas remetem a contradições, deslizamentos de sentidos, inclusões/exclusões, reforçando a concepção de argumentação que, para a AD, se dá na posição-sujeito, isto é, o argumento é o ponto de vista de uma microrregião de saber, de uma posição-sujeito na qual o aluno está inscrito.

Tendo isso em mente, nesta pesquisa, consideramos de grande relevância o fato de que os seis sujeitos-alunos que aqui se incluem e se excluem também estão incluídos no primeiro bloco. Em relação a isso, a fim de sistematizar as análises já realizadas, apresentamos o quadro a seguir:

RECORTE	SUJEITO – ALUNO	BLOCO DISCURSIVO	SD	RELAÇÃO ESTABELECIDADA
Recorte 1 – responsabilidade e possíveis soluções atribuídas ao Homem	05	01	05	Exclusão
		02	15	Inclusão
	07	01	07	Inclusão
		02	16	Inclusão e Exclusão
	09	01	09	Exclusão
		02	17	Inclusão
	10	01	10	Exclusão
		02	18	Exclusão e Inclusão
	11	01	11	Exclusão
		02	19	Inclusão e Exclusão
	14	01	14	Exclusão
		02	20	Inclusão e Exclusão

3.2.2 Recorte Discursivo 2 – Responsabilidade e possíveis soluções atribuídas a governos

O recorte que aqui apresentamos também se subdivide em dois blocos nos quais são apresentadas as sequências discursivas oriundas da mesma formação discursiva (denominada FD dos alunos), que remetem à posição-sujeito 2: que os governos são tanto os responsáveis pelos problemas climáticos, quanto pelas possíveis soluções.

Esta posição-sujeito se faz presente em sete textos que compõem nosso arquivo e foi a que apresentou o menor número de ocorrências, um total de sete sequências discursivas. Assim, damos início às análises desta segunda e última posição-sujeito envolvida neste processo de argumentação, seguindo a mesma metodologia do recorte anterior.

Para tanto, mencionamos os processos de pessoalização/impessoalização aqui também identificados, mas aprofundaremos nosso estudo pelo viés da heterogeneidade discursiva. Nosso interesse é compreender o funcionamento, primeiramente, da heterogeneidade discursiva de uma mesma posição-sujeito e, por conseguinte, da FD dos alunos, em especial quando sujeitos enunciadores inscritos em uma mesma posição-sujeito enunciam diferentemente, atestando o fato de que uma posição-sujeito suporta a diferença, pois a homogeneidade é discursivamente impossível.

Também, ao abordamos as possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade de governos, analisaremos, na materialidade do discurso, o enunciado dividido.

3.2.2.1 Bloco Discursivo 1 - Os problemas climáticos entendidos como responsabilidade de governos

As cinco SDs apresentadas neste Bloco discursivo 1 nos possibilitam compreender que os alunos, ao assumirem a posição-sujeito na qual a responsabilidade e as possíveis soluções dos problemas climáticos são atribuídas a governos, recorrem também a dois argumentos principais: 1. em que o sujeito-aluno se refere aos governos como responsáveis pelas mudanças climáticas, mas não se

inclui nesta situação; 2. em que o sujeito-aluno, ao afirmar que a culpa é dos governos, se inclui nesta responsabilidade, que é o caso da SD 22. Assim, observamos que, neste bloco discursivo, também ocorre a impessoalização/pessoalização do sujeito, já analisadas no Recorte Discursivo 1.

SD 21	<p>(...) Relatórios do IPCC sugerem que o governo deve auxiliar financeiramente programas ambientais destinando 0,12% do PIB (Produto Interno Bruto)... (...) Apenas 40 nações faziam estratégias. Que pelo visto não mudou nada... (...) Está sendo emitido 10% a mais de gás carbônico, o principal pelas mudanças climáticas. O principal país emissor é os Estados Unidos que aumentou mais de 18%. (...) (T 01)</p>
SD 22	<p>(...) Segundo a Revista Veja 00,12% do PIB mundial seria gasto tanto pelos governos para financiar o desenvolvimento de tecnologias limpas, pelos consumidores, que precisariam mudar alguns de seus hábitos. Embora digam que são causas naturais observadas na atualidade com outros olhos, pois não há teoria explicando o aquecimento global simplesmente é um fato... (...) O que devemos fazer para salvar nosso planeta? ... (...) todos nós, a população, os governantes, precisamos nos conscientizar das questões relacionadas ao meio ambiente... (...) (T 04)</p>
SD 23	<p>(...) Estados Unidos é o maior emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa... (...) (T 06)</p>
SD 24	<p>(...) As mudanças climáticas causam catástrofes e ocorrem devido aos maiores emissores de gases responsáveis pelo aquecimento global, que seriam os Estados Unidos, União Européia, China, Rússia e Índia... (...) (T 07)</p>
SD 25	<p>(...) A globalização é uma das principais causas das mudanças climáticas. (...) (T 10)</p>

Entendemos também que em uma FD, há diferentes posições-sujeito que se relacionam a uma mesma forma-sujeito. No entanto, o sujeito não tem controle sobre os modos que o condicionam nesta ou naquela posição, porque como já

sinalizamos, ele é determinado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente e seu discurso provém de outros discursos dispersos no tempo, na história. Temos em AD, um sujeito que é sempre assujeitado pela FD que o determina e que reflete, na linguagem, a ideologia que lhe subjaz.

Nesse sentido, observemos, então, as SDs 21 e 23:

SD 21	<p>(...) Relatórios do IPCC sugerem que o governo deve auxiliar financeiramente programas ambientais destinando 0,12% do PIB (Produto Interno Bruto)... (...) Apenas 40 nações faziam estratégias. Que pelo visto não mudou nada... (...) Está sendo emitido 10% a mais de gás carbônico, o principal pelas mudanças climáticas. O principal país emissor é os Estados Unidos que aumentou mais de 18%. (...) (T 01)</p>
SD 23	<p>(...) Estados Unidos é o maior emissor de gases responsáveis pelo efeito estufa... (...) (T 06)</p>

As SDs apresentadas enfatizam, mais fortemente, o efeito de sentido de exclusão desses sujeitos que insistem em apontar como principal responsável um país estrangeiro, superpotência exposta pela mídia pela grande industrialização e, portanto, poder econômico (Estados Unidos). Segundo a argumentação (SD 21), quarenta nações já tentaram, mas não mudou nada. O sujeito-aluno, assim, exclui-se, pois não atribui deveres ou direitos ao Brasil, uma vez que retoma vozes da mídia que critica a superpotência de ser o principal poluidor. No entanto, acreditamos que as vozes que circulam no discurso dos alunos diferenciam-se entre si, provando sua heterogeneidade.

Nossa hipótese é de que os argumentos apresentados pelos alunos talvez sejam provenientes dos manuais didáticos, bem como da mídia, discursos aos quais os estudantes possuem acesso e que vão se cristalizando na sociedade. Nesse sentido, Authier-Revuz enfatiza:

Nenhuma palavra vem neutra 'do dicionário; elas são todas 'habitadas' pelos discursos em que viveram 'sua vida de palavras', e o discurso se constitui, pois por um encaminhamento dialógico, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos... pelo 'meio' dos outros discursos (2004, p.68).

Dito isso, compreendemos que os sujeitos-alunos, conforme evidenciado nas referidas SDs, ao argumentarem, na verdade, apropriam-se de fragmentos de outros enunciados, outros discursos, refazendo o percurso de sentidos de muitos outros sujeitos e, por conseguinte, atestando a heterogeneidade do discurso.

Do que foi exposto interessa, fundamentalmente, compreender que os argumentos apresentados pelos alunos são construídos a partir de enunciados que não são inteiramente seus, mas combinados e/ou emprestados de discursos outros, cujos sentidos já foram historicizados em outros contextos – a grande maioria, advindos de manuais didáticos, mídia, discursos políticos, planos de governo. Talvez aí esteja a razão da insistente atitude de culpar e responsabilizar os Estados Unidos pelos problemas climáticos.

No nosso gesto de interpretação, o funcionamento discursivo de tais SDs remete também, a um efeito de sentido de resistência por parte do sujeito em não incluir-se na responsabilidade pelos problemas climáticos, evidenciada aqui, sob uma forma de gradação.

Esta⁵, entendida por nós, segundo a perspectiva discursiva, como um funcionamento diferente da tradicional pelo fato de não apontar para uma sequência de palavras, mas para uma encadeação de pontos de vista (argumentos) que remetem a um crescente distanciamento dos sujeitos-alunos em relação a suas responsabilidades por qualquer problema climático, atestando assim, sua exclusão (não eu, não meu país, mas uma superpotência, que domina e destrói).

Isso também denota a heterogeneidade do discurso, já que o mesmo suporta a presença de diferentes pontos de vista, o que nos permite entender que todo o discurso mantém relação com outros discursos, podendo estabelecer relações de exclusão, inclusão, entre outras – sempre determinadas pelo interdiscurso. Ou seja, em AD, segundo Indursky (1992, p. 285-302), um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos.

Diferente é o caso da SD 22 na qual o sujeito-aluno, ao expressar seu ponto de vista, revela o segundo argumento principal deste bloco, através do fragmento “...

⁵ Segundo uma tendência mais tradicional, gradação pode ser entendida como figura de pensamento, o sentido não está explícito, mas subtendido. Entendemos, então, que a gradação, do ponto de vista gramatical, consiste no emprego de uma sequência de palavras em sentido crescente ou decrescente, isto é, em encadear palavras cujos significados têm efeito cumulativo (GIACOMOZZI, 1999, p.458).

todos nós, a população, os governantes, precisamos nos conscientizar das questões relacionadas ao meio ambiente...”, ao argumentar que a responsabilidade é dos governos, assume também sua parcela de culpa.

Ainda identificamos nesta SD, um sujeito-aluno que, ora se inclui, ora se exclui, recorrendo à voz da mídia para argumentar que os governos deveriam gastar para desenvolver “tecnologias limpas”. Em seguida, reporta a responsabilidade aos consumidores dessas energias, que “precisam mudar alguns de seus hábitos”. Posteriormente, delega a voz a um sujeito indeterminado pelo discurso “digam”. Por último, assume a responsabilidade juntamente com esses “todos” (indefinido), com a população e com os governos em relação à conscientização. É isso que entendemos como deslizamento de sentido, provocando a contradição de seu dizer, inscrito em uma mesma posição-sujeito, de uma mesma FD. Neste caso, temos novamente o vacilo do sujeito entre incluir-se ou excluir-se das responsabilidades pelos problemas climáticos. Observemos a SD:

SD 22	<p>(...) Segundo a Revista Veja 00,12% do PIB mundial seria gasto tanto pelos governos para financiar o desenvolvimento de tecnologias limpas, pelos consumidores, que precisariam mudar alguns de seus hábitos. Embora digam que são causas naturais observadas na atualidade com outros olhos, pois não há teoria explicando o aquecimento global simplesmente é um fato... (...) O que devemos fazer para salvar nosso planeta? ... (...) todos nós, a população, os governantes, precisamos nos conscientizar das questões relacionadas ao meio ambiente...</p> <p>(...) (T 04)</p>
-------	--

Outro ponto a ser destacado na referida SD é mais uma vez o uso do pronome “nós”, aqui – como nas outras análises - entendido como marca linguística da inclusão do sujeito, pois, ao mesmo tempo em que indica a população e os governantes como seus referentes, também se inclui através da expressão “todos nós”. Assim, compreendemos que “todos”, ao preencher e determinar discursivamente o sentido de “nós”, funciona como um aposto (já trabalhado no Recorte Discursivo 1, Blocos 1 e 2), que no funcionamento discursivo é carregado de sentido, isto é, neste caso, a marca da pessoalização do sujeito-aluno no discurso.

Nas SDs 24 e 25, atestamos a identificação dos respectivos sujeitos-alunos com o argumento principal 1, no qual, estes, se referem aos governos como responsáveis pelas mudanças climáticas, mas não se incluem nesta situação.

SD 24	(...) As mudanças climáticas causam catástrofes e ocorrem devido aos maiores emissores de gases responsáveis pelo aquecimento global, que seriam os Estados Unidos, União Européia, China, Rússia e Índia... (...) (T 07)
SD 25	(...) A globalização é uma das principais causas das mudanças climáticas. (...) (T 10)

Nesse sentido, podemos perceber na SD 24 que o sujeito-aluno, além de atribuir a responsabilidade dos problemas climáticos aos Estados Unidos, cita também União Européia, China, Rússia e Índia. Por outro lado, a não referência ao Brasil, também evidenciada na SD 25, reforça ainda mais sua exclusão. O sujeito, portanto, acredita ser seu discurso a manifestação do que ele, como indivíduo empírico, desejou manifestar, aferindo a este discurso uma pretensa transparência que ocultaria as marcas sociais, ideológicas e históricas.

Entretanto, do ponto de vista da AD, o discurso não representa um sujeito ciente e autônomo, mas um sujeito descentralizado, uma vez que é atravessado por discursos outros, da ordem do já-dito, provenientes do interdiscurso. Eis aí um modo de funcionamento da contradição, próprio do sujeito e das práticas discursivas, evidenciado em nossas análises.

Nas SDs deste bloco (exceto SD 22), percebemos sujeitos inscritos numa mesma FD e numa mesma posição-sujeito que enunciam atravessados por vozes que ora os excluem, ora os incluem, não simultaneamente,⁶ sendo, portanto, representativas do argumento principal 1 (em que o sujeito-aluno se refere aos governos como responsáveis pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação).

Ante a postura teórica apresentada e as SDs até aqui analisadas, podemos compreender que a intencionalidade e o sentido não residem no sujeito, mas encontram-se atrelados à ideologia e às condições de produção, isto é, a

⁶ Nota-se que simultaneamente significa o sujeito se incluir e se excluir no mesmo discurso, isto é, o vacilo, já observado em SDs anteriores.

exterioridade é constitutiva do sentido porque nela encontram-se seus pressupostos que movimentam os efeitos de sentido, agindo sobre o sujeito através da construção de um cenário associado às formações imaginárias e ao interdiscurso.

Desta forma, embora as SDs apresentadas no bloco discursivo em análise permitam compreender que os sujeitos-alunos, ao argumentarem, representam-se, no discurso, ora incluindo-se ao seu governo, ora como se estivessem fora de qualquer responsabilidade - assim como seu governo -, interessa enfatizar o fato de que esses alunos assim como se excluem, isentam seu país. Um dos argumentos mais recorrentes é a atribuição das responsabilidades aos Estados Unidos.

A partir dessas considerações e dando continuidade às nossas análises, no próximo bloco discursivo, abordamos as possíveis soluções para os problemas climáticos, entendidas como responsabilidade de governos, analisando, na materialidade do discurso, o enunciado dividido.

3.2.2.2 Bloco Discursivo 2 - Possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade de governos

Chegamos ao último bloco discursivo do segundo recorte que compõe nossas análises, no qual apresentamos as sequências discursivas que remetem a mesma posição-sujeito do bloco anterior, só que agora estamos analisando argumentos que remetem às possíveis soluções para os problemas climáticos como responsabilidade de governos. Esse funcionamento discursivo é representado por duas sequências discursivas. .

As referidas SDs possibilitam a compreensão de que o funcionamento discursivo dos argumentos principais deste segundo bloco ocorre, basicamente, pelo enunciado dividido. Diante desta constatação, consideramos necessário abordar as especificidades do funcionamento discursivo do enunciado dividido – já contemplado, ainda que de modo sucinto, no item 2.7 -, a fim de compreender como a argumentação se materializa através desse recurso e, também, que(ais) efeito(s) de sentido provoca nos argumentos dos textos analisados.

Para tanto, recorreremos à fundamentação teórica que enfatiza a necessidade de

[...] mobilizar a noção de enunciado dividido, tal como foi concebida por Courtine (1981), a qual pode ser formalizada como X/Y, onde X representa todos os enunciados produzidos na rede discursiva de formulações X, e Y representa todos os enunciados produzidos na rede discursiva de formulações Y (INDURSKY, 2003, p. 64-65).

Também Cazarin (1998, p. 56), ao buscar aporte teórico em Courtine, destaca “que um enunciado possui relação intra e interdiscursiva, já que a análise dos efeitos de sentido vai além do funcionamento sintático, requerendo que o enunciado seja tomado numa relação interdiscursiva”. Logo, segundo Cazarin (1998, p.57), entendemos que o enunciado dividido, caracteriza-se pelo uso contrastivo da cópula de identificação “é/não é”, cujo objetivo é mostrar que as estruturas linguísticas de identificação estabelecem a fronteira entre diferentes domínios de saber.

No caso de nossa análise, não se trata de estabelecer fronteiras entre diferentes domínios de saber (diferentes FDs), mas essa noção nos permite mostrar a diferença entre sujeitos enunciadore inscritos em uma mesma posição-sujeito. Vem ao encontro de nossas análises a observação que faz a autora recém citada no sentido de que o enunciado dividido caracteriza-se pela presença de dois enunciados distintos, que tanto podem ser antagônicos entre si, como podem ser apenas diferentes ou divergentes. O antagonismo ocorre quando se estabelece o confronto entre duas FDs e a diferença e a divergência ocorrem no seio de uma mesma FD.

No caso de nossa pesquisa, estamos verificando a presença de enunciados divididos que atestam a diferença no âmbito de uma mesma posição-sujeito e, por conseguinte, de uma mesma FD. Na nossa compreensão, o funcionamento discursivo do enunciado dividido nas SDs 26 e 27, é marcado linguisticamente por “FRASE AFIRMATIVA ... MAS ...”, remetendo às relações de diferença e atestando, pela dispersão do sujeito, a heterogeneidade discursiva.

Nesse momento da análise nos interessa compreender como o discurso de uma mesma posição-sujeito pode também se apresentar como heterogêneo. Para tanto, recorreremos ao artigo *Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo*, no qual CAZARIN (2007) discorre sobre a contradição no interior de uma mesma posição-sujeito - própria de todo discurso -, afirmando que:

[...] uma FD é heterogênea porque tem espaço para a contradição interna, ou seja, por abrigar diferentes posições de sujeito em seu interior, mas internamente essas regiões também têm espaço para a contradição e para a instabilidade de suas fronteiras; há sempre “movência de saberes e de sentidos”, com uma distinção: a contradição interna de uma posição-sujeito se dá pela *diferença* e não pela *divergência* (entre diferentes posições-sujeito) e, muito menos, pelo *antagonismo* como é o caso entre diferentes FDs. Nesse sentido, o efeito de homogeneidade discursiva de uma posição-sujeito apresenta-se como uma ilusão necessária que permite a seu sujeito enunciador organizar a discursividade representativa da mesma (2007, p. 116-117).

Considerando a elaboração apresentada, entendemos que no interior de uma mesma posição-sujeito, de acordo com CAZARIN (2007, p.115-116), “convivem microrregiões de saber que são marcadas pela DIFERENÇA na forma de se relacionar com o efeito de unidade discursiva da posição-sujeito”. Ou seja, nem todos os sujeitos-alunos, no caso de nossa pesquisa, mesmo inscritos em uma mesma posição-sujeito, se relacionam de forma idêntica ao discursivizarem suas argumentações. E essa heterogeneidade da posição-sujeito pode ser observada nas SDs que se seguem:

SD 26	(...) ainda há tempo de remediar essa situação com grandes ideias tais como o Tratado de Kyoto que visa diminuir a emissão de gases poluentes dos países (...), mas para isso precisa-se que todos façam a sua parte tais como o governo, instituições privadas e a população (...) (T 02)
SD 27	(...) há várias soluções para salvar o planeta como trocar usinas hidrelétricas por usinas nucleares e espalhar dióxido de enxofre na atmosfera para bloquear parte dos raios solares, mas todos esses planos levam um tempo extenso para se concretizarem e todos precisam de extrema colaboração financeira do governo para poderem ser postos em ação... (...) (T 05)

Para melhor explicar o que entendemos como sendo a DIFERENÇA existente no interior dessa segunda posição-sujeito “Responsabilidade e Possíveis Soluções Atribuídas a Governos”, apresentamos o funcionamento discursivo das SDs 26 e 27, no qual, segundo a nossa compreensão, em ambos os casos, nos permitem a interpretação de que os sujeitos-alunos materializam discursivamente a diferença, marcando a heterogeneidade da referida posição-sujeito, e essa diferença aponta para distintas concepções de responsabilidade em relação às possíveis soluções para os problemas climáticos, às quais convivem com a presença da diferença no interior de uma mesma posição-sujeito. Nesse sentido, entendemos a DIFERENÇA como diferentes pontos de vista (argumentos) que estão inscritos em uma mesma posição-sujeito, uma vez que, segundo Indursky (1998, p.116), “o sujeito é duplamente afetado: em seu funcionamento individualizado, pelo inconsciente e, em seu funcionamento social, pela ideologia”.

Eis as marcas linguísticas deste funcionamento discursivo – o enunciado dividido – nas SDs recém referidas:

SD 26 - frase afirmativa... mas; - é X....mas é necessário Y

SD 27 – frase afirmativa... mas; - é X....mas é necessário Y

Observemos agora como o processo de divisão do enunciado funciona no discurso. Para tanto, apresentamos em um esquema as SDs 26 e 27:

SD 26

x há várias soluções para salvar o planeta.

E _____

Y precisa-se que todos façam a sua parte tais como o governo, instituições privadas e a população.

SD 27

x **há várias soluções para salvar o planeta.**

E _____

Y **todos esses planos levam um tempo extenso para se concretizarem e todos precisam de extrema colaboração financeira do governo para poderem ser postos em ação...**

Como já referimos, nas SDs apresentadas observamos a presença de uma operação de diferença entre pontos de vista (argumentos), permitindo-nos a compreensão de que mesmo que um sujeito pertença a uma mesma FD e, no caso em análise, a uma mesma posição-sujeito, no fio do discurso, mostra-se disperso, já que convoca sentidos distintos que estão no interdiscurso. Logo, o sujeito afirma **X**, mas para que **X** se concretize é necessário **Y**.

Nas SDs que analisamos, essa operação de diferença possibilita o aparecimento de um enunciado que, como já afirmamos, é introduzido por uma frase afirmativa e, posteriormente, acrescido de outro enunciado, linguisticamente marcado por “mas”, um marcador de diferença. Salientamos que se estivéssemos analisando esses enunciados pelo viés da gramática normativa, o “mas” marcaria adversidade. Entretanto, no funcionamento discursivo em pauta não é isso que ocorre, pois, este se apresenta dando início a uma nova afirmação que complementa o discurso anterior. Esse é o funcionamento discursivo do enunciado dividido, marcado por “frase afirmativa... mas; - é X....mas necessita-se de Y”.

Em outras palavras, conforme Cazarin (2007, p.120), o sujeito é concomitantemente afetado por aquilo que a posição-sujeito lhe determina e pela relação que mantém com a FD em que essa posição-sujeito está inscrita. Portanto, observamos, neste bloco, um funcionamento discursivo marcado por uma operação de diferença, no qual o sujeito do discurso, partindo da afirmação das SDs 26 e 27, representadas por **X**, busca os enunciados representados por **Y** no interdiscurso que, de certa forma, complementa seu ponto de vista. Entendemos que essa

diferença de argumentos (embora complementar e pertencente à mesma posição-sujeito) produz efeitos de sentido, demonstrando a heterogeneidade do discurso no interior de uma mesma posição-sujeito.

Diante do processo de análise realizado neste terceiro capítulo, podemos dizer que o percurso que por ora ousamos atribuir um olhar conclusivo é apenas uma entre tantas outras possibilidades de construção de sentidos na constituição da argumentação em textos de alunos do Ensino Fundamental, como também da constituição do sujeito discursivo, afirmações essas que retomaremos nas considerações finais que se seguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos, para finalizar, a parte fundamental do caminho percorrido neste estudo, que teve como fio condutor questões acerca da argumentação em textos de alunos concluintes do Ensino Fundamental, a partir da Teoria da Análise do Discurso com filiação em Pêcheux, tal como tem sido trabalhada no Brasil. O objeto de estudo desta dissertação é fruto de questionamentos docentes sobre a prática de produção de texto argumentativo na Escola, bem como de nossa inquietação, uma vez que, não visualizamos a linguagem como inocente, mas repleta de (re)significações. Em virtude disso, nosso trabalho foi norteado pelas seguintes questões:

- a) Como ocorre a argumentação na perspectiva da Análise do Discurso?
- b) Quais as marcas linguísticas deixadas pelos alunos para que possamos perceber diferentes posições-sujeito presentes nos textos analisados?
- c) Quais os deslocamentos e (re)significações que podemos fazer sobre o conceito de argumentação a partir dessa teoria?⁷

No primeiro capítulo, resgatamos conceitos de argumentação, a partir da abordagem de diferentes linhas de pesquisa, por entendermos que todas as teorias linguísticas, desde Saussure à AD, linha que norteia esta dissertação, são importantes para estudarmos a linguagem. Tendo isso como norte, trabalhamos primeiramente na perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua, posteriormente a partir da Argumentação e Enunciação e, para fecharmos o capítulo, investigamos o texto argumentativo em materiais de cunho didático, visualizando como este é concebido no âmbito escolar.

No segundo capítulo, por não entendermos a linguagem de forma inocente, já que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, buscamos na Teoria da Análise do Discurso subsídios para sustentarmos nosso estudo ao longo desta dissertação. Para tanto, abordamos o panorama da Análise do Discurso, como também os estudos realizados no Brasil a partir de Orlandi, Indursky, Zoppi-Fontana, entre outros estudiosos da linguagem que contribuem para os estudos em AD. Mobilizamos noções como formação ideológica, texto e discurso, interdiscurso,

⁷ Cabe destacarmos que esses questionamentos foram sendo deslocados e outros mais surgiram ao longo da análise do corpus.

formação discursiva e posição-sujeito, sujeito, sentido e interpretação, condições de produção e interdiscurso e, por fim, a argumentação na perspectiva discursiva.

No terceiro capítulo, depois de termos resgatado, ainda que sucintamente, diferentes teorias, justificando a escolha da Análise do Discurso para o estudo do texto argumentativo, trabalhamos, então, com a materialidade do discurso a partir de textos produzidos no âmbito escolar. Cabe destacarmos que em AD poucos autores tratam desse assunto, considerando, mais uma vez, a possível contribuição e/ou relevância desta pesquisa para os estudos linguísticos e discursivos.

Para montarmos nosso dispositivo analítico, partimos de um *corpus* discursivo constituído por quatorze textos (T 01 – T 14). Desta materialidade, emergiram duas posições-sujeito inscritas em uma mesma FD, por nós denominada FD dos alunos: POSIÇÃO-SUJEITO 1- Responsabilidades e possíveis soluções atribuídas ao homem; POSIÇÃO-SUJEITO 2 - Responsabilidades e possíveis soluções atribuídas a governos.

Por conseguinte, as análises são apresentadas em dois recortes discursivos, nomeados de acordo com as duas posições-sujeito que conseguimos identificar. Isso ocorre tanto em relação às responsabilidades, quanto às possíveis soluções apontadas.

Ao analisarmos o Recorte discursivo 1, subdividido em dois blocos, identificamos que, no primeiro bloco, a posição-sujeito dos alunos bifurca-se em dois argumentos principais: 1) em que o sujeito-aluno se refere ao Homem como responsável pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação; 2) em que o sujeito-aluno, ao afirmar que a culpa é do Homem, se inclui nesta responsabilidade, que é o caso da SD 07.

No decorrer das análises, além das questões norteadoras, sentimos a necessidade de mobilizarmos outros conceitos, já que o nosso maior objetivo foi analisar os gestos de interpretação presentes na argumentação dos alunos, numa perspectiva discursiva, confirmando as (re)significações e (re)interpretações no discurso.

Primeiramente, ao analisarmos os funcionamentos discursivos que nos levam à pessoalização/impessoalização, tratamos do qual se refere à terceira pessoa, possibilitando-nos a compreensão de um efeito de sentido de que os alunos não se consideravam participantes da situação de preservação, produzindo um efeito de sentido que o sujeito-aluno se exclui de qualquer responsabilidade em relação aos

problemas climáticos; tratamos também do funcionamento discursivo da primeira pessoa do plural (nós) e de expressões referentes a essa pessoa, demonstrando a pessoalização do sujeito que se inclui na causa da preservação; da mesma forma, nos dedicamos a analisar o funcionamento discursivo dos pronomes indefinidos (tudo e todo), observando que os mesmos também produzem efeito de indeterminação/impessoalização, na qual o sujeito se exclui da responsabilidade dos problemas.

Salientamos ainda, que tais noções foram contempladas nos âmbitos enunciativo, gramatical e discursivo por entendermos que assim teríamos embasamento para a análise dos deslocamentos e (re)significações sobre o conceito de argumentação a partir da teoria da AD. Através do contraponto estabelecido entre as três referidas perspectivas, evidenciamos ao longo das SDs regularidades (marcas linguísticas) que desempenham diferentes funcionamentos de acordo com a teoria na qual estão inseridas – o caso da terceira pessoa, da primeira pessoa do plural, dos pronomes indefinidos e do aposto.

No segundo e último bloco do Recorte 1, apresentamos as sequências discursivas que remetem para a mesma posição-sujeito do bloco anterior, só que nesse bloco, os argumentos são em relação às possíveis soluções para os problemas climáticos entendidas como responsabilidade do Homem. Neste segundo bloco, a posição-sujeito dos alunos também bifurca-se em dois argumentos principais: 1) em que o sujeito-aluno se refere ao Homem como responsável pelas possíveis soluções para os problemas climáticos, mas não se inclui nesta situação; 2) em que o sujeito-aluno se refere ao Homem como responsável pelas possíveis soluções para os problemas climáticos, incluindo-se nesta situação.

No funcionamento discursivo das SDs deste bloco, de modo geral, os sujeitos-alunos dispersam-se não só pelo fato de argumentarem nas mesmas condições de produção, representando-se de diferentes maneiras (“nós”, “ele”), mas pelo fato de, ao estabelecerem a interlocução com seus pares, representarem-se no discurso, ora incluindo-se no princípio argumentativo a que as formas pronominais remetem, ora enunciando como se não pertencessem ao princípio argumentativo que as formas pronominais remetem. Esse funcionamento discursivo nos permitiu compreender um sujeito que, ao materializar sua argumentação, vacila entre incluir-se ou não nessa responsabilidade, apontando sua contradição. Vacilo este, que pressupõe um sujeito inscrito no interior de uma mesma FD e em uma mesma

posição-sujeito, porém que não consegue controlar os sentidos, porque mesmo que escolha intencionalmente determinados argumentos, nada lhe garante que os mesmos produzam os sentidos desejados.

No Recorte discursivo 2, também subdividido em dois blocos, compreendemos que os alunos, ao assumirem a posição-sujeito na qual a responsabilidade e as possíveis soluções dos problemas climáticos são atribuídas a governos, recorrem também a dois argumentos principais: 1. em que o sujeito-aluno se refere aos governos como responsáveis pelas mudanças climáticas, mas não se inclui nesta situação; 2. em que o sujeito-aluno, ao afirmar que a culpa é dos governos, se inclui nesta responsabilidade, que é o caso da SD 22. Novamente observamos a ocorrência da impessoalização/pessoalização do sujeito, já analisadas no Recorte Discursivo 1.

No bloco 1 deste segundo recorte discursivo, as SDs apresentadas nos permitem acreditar que as vozes que circulam no discurso dos alunos diferenciam-se entre si, provando a sua heterogeneidade, uma vez que o discurso, ao suportar diferentes pontos de vista, mantém relação com outros discursos, podendo estabelecer relações de exclusão/inclusão – conforme aqui evidenciadas – sempre determinadas pelo interdiscurso.

No segundo e último bloco deste Recorte discursivo 2, as SDs apontam para o funcionamento discursivo do enunciado dividido que, na nossa compreensão, é marcado linguisticamente por “FRASE AFIRMATIVA ... MAS ...”, remetendo às relações de diferença e atestando, pela dispersão do sujeito, a heterogeneidade discursiva. Diante desta constatação, consideramos necessário abordar as especificidades do funcionamento discursivo do enunciado dividido, bem como da heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito, noções estas que nos possibilitaram o entendimento de que nem todos os sujeitos-alunos, no caso de nossa pesquisa, mesmo inscritos em uma mesma posição-sujeito, se relacionam de forma idêntica ao discursivizarem suas argumentações.

Com os resultados obtidos no decorrer de nossas análises, compreendemos que, na perspectiva da AD, os argumentos são os pontos de vista e, portanto, a argumentação se dá a partir da posição-sujeito que busca no interdiscurso uns e não outros enunciados para constituir seu dizer, revelando um sujeito que se coloca

como autor de seu texto e esquece que os sentidos das palavras já existem e se supõe na origem de seu dizer e dos sentidos, quando, na verdade, retoma dizeres já existentes na sociedade, apenas reproduzindo-os. Nesse sentido, segundo Orlandi (1998, p.78), “[...] Os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados [...]”, nos permitindo entender que a argumentação é vista, pelo viés da AD, a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas.

Atribuindo a esta pesquisa um olhar conclusivo, salientamos que, assim como a argumentação dos sujeitos-alunos, as reflexões aqui tecidas também são da ordem da incompletude, pois se apresentam atravessadas pela subjetividade e pela (im)possibilidade do analista de colocar um ponto final, porque novos sentidos estarão sempre emergindo e convidando a uma nova partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. 2. ed. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Aparelhos ideológicos do estado*. 6. ed. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.

BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. *Revista Letras*, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, n. 33, p. 23 a 26, julho/dezembro de 2006.

_____. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Revista Letras de hoje*, Porto Alegre, n.148., v. 42, n. 2, p. 111 a 138, junho de 2007.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Ver., ampl. E atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Nér., 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua. *Revista da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística*, v.6, n.2, p. 139 a 169, julho a dezembro de 2007.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v.32, n. 1, março 1997. p. 23-40

CARMAGNANI, Anna Maria G. As ilusões do sujeito e a produção de textos argumentativos. In: CORACINI, Maria José & PEREIRA, Araci Ernest (orgs). *Discurso e Sociedade*. Pontes: Alab e Educat, 2001. p. 235-253.

CARREIRA, A. F. *Subjetividade e Autoria: O sujeito como vacilo do “eu”?* Tese de Doutorado. USP, Ribeirão Preto, 2000.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 1998. Série Dissertações de Mestrado.

_____. Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978 – 1998). Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2004.

_____. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, Maria Cristina & INDURSKY, Freda Indursky (org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p.109 – 122.

CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. Ed. Scipione, 1994.

COURTINE, Jean Jacques & MARANDIN, Jean Marie. Quel objet pour l'analyse de discours? In: *Matérialités Discursives*. Actes du Colloque 24-6, avril, 1980. Paris X - Nanterre Lille. Presses universitaires de Lille, 1981.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad Del Valle, 1988.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16 ed. Ática, 2002, São Paulo.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 26 ed., Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GAVAZZI, Sigrid & EDUARDO, Silvana. Lugares/valores argumentativos no Ensino Médio. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida I. & GAVAZZI, Sigrid (orgs). *Da língua ao discurso*. Ed. Lucerna, Rio de Janeiro, RJ, 2005. p. 75- 89.

GIACOMOZZI, Gilio. Estudos de Gramática /Gilio Giacomozzi, Gildete Valério, Cláudia Redá Fenga. – São Paulo: FTD, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. Interdiscurso, textualidade e argumentação. *Signo & Señá*, Buenos Aires, UBA, n. 9, jun. 1998. p. 427-436.

_____. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GRIGOLETTO, Evandra. *Sob o rótulo do novo, a presença do velho; Análise do funcionamento repetição e das relações divino/temporal no Discurso da Renovação Carismática Católica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina & INDURSKY, Freda (org.) .Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 123 a 134.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Tese de Doutorado, Campinas, 1992.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. *Gragoatá*, n. 5. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2º sem. 1998. p. 111 - 120.

_____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In:INDURSKY, Freda &CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória , identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000. p. 70 – 81.

_____. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto. In: *Espaços de Circulação da Linguagem – Letras*, n.27, PPG Letras da UFSM , Santa Maria, julho a dezembro de 2003. p. 55 - 66.

_____. Nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susi & ORLANDI, Eni P. (orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade*. 2. ed. Campinas , SP: Pontes Editores, 2006. p. 33 - 80.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1989. Tradução de Freda Indursky.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e o seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. *Fórum Linguístico*, PPG em Linguística da UFSC, Florianópolis, n. 1, julho a dezembro de 1998. p. 73-81.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. *Discurso e Leitura*. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001b (Coleção passando a limpo).

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susi & ORLANDI, Eni P. (orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 11 – 31.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores Bethânia S. Mariani... [et al.] 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 163 – 252.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et all. *O papel da memória*. Tradução e introdução de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p.49-57.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi, 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PERELMAN, Chaïm.. *L'empire rhétorique. Rhétorique et argumentation*. Paris: Vrin, 1977. Tr: O império retórico. Lisboa: ASA, 1993.

_____. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. – 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton. *Organização do texto dissertativo*. São Paulo, Selinunte, 1995.

SCHLEE, Magda Bahia & LIMA, Gizelly. Estratégias discursivas em textos argumentativos. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar & SIMÕES, Darcília (orgs). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2005. p.81- 86.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Vilaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 2001.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Retórica e argumentação. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susi & ORLANDI, Eni P. (orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade*. , 2 ed . Campinas, SP:Pontes Editores, 2006. p. 177-210.

ANEXOS

TEXTO 01

Tudo mudou, a natureza, mas a natureza não cuida a gente sabe as consequências da destruição do meio ambiente como extinção de animais e plantas, incêndios florestais, derretimento das geleiras e outros desastres ambientais - desastres desse tipo acontecem em todos os continentes. Têm de ser que não adaptam com a vida de mais desastres, se não houverem consequências e impactos.

Tudo mundo está dizendo que o homem é responsável pelo tudo isso e foi ignorado, podemos ver pela quantidade de poluição na atmosfera. O IPCC afirmou que a temperatura subiu ~~em~~ 4 graus até o fim deste século e prevê a uma enorme extinção, muitos animais e plantas com extinção nas regiões costeiras.

Relatores do IPCC sugerem que o governo deve auxiliar financeiramente programas ambientais destinando 0,12% do PIB (Produto Interno Bruto). Este valor financeiro é desconsideravelmente de tecnologias limpas e verde, porém reduzir as emissões de gases, o que impede que o valor se espalhe na atmosfera.

Houve um encontro no Rio de Janeiro que tinha a ideia de que tipo de planta os próximos países a serem, eles os grandes cientistas, biólogos e ambientalistas que vão criar um código de conduta para ter o poder de alterar e influir nas relações de cada vez e de vez país deve ser mantido conforme os planos caso contrário não iremos mais a esperança de obter uma comunidade internacional que vai com os mandamentos iniciais de incluir ou pelo menos reduzir o uso das ideias.

Os países desenvolvidos não tiveram críticas suficientes para obter os conceitos de volume esperado a conclusão da conferência poderia voltar os conceitos de volume esperado a conclusão da conferência poderia voltar em um debate global sem antecipar. Essas críticas ou ideias seriam simplesmente impedidas de serem o Rio de Janeiro.

Dez anos se passaram, foram a Johnesburgo para ver o que havia sido feito e dez anos atrás, o balanço continua pouca coisa que sugerisse que este encontro não melhorou a situação ambiental. Falaram na reunião de ideias e momentos no Rio que os participantes tinham concordado com o programa em 2002 que combateria o estrago da Terra, a obra da água. Também queriam mais economia sem prejudicar o ambiente mas que o modo seria do papel.

Em 2002 o índice de países preservacionistas foi muito baixo,

Apenas 40 nações possuem estratégias. Quase não há mais mudança
 made e isso resultou cada vez mais fontes de Biodiversi-
 dade estão sendo destruídas rapidamente. Esta semana umidade
 10% a mais de CO₂ carbônico é principal pelas mudanças climá-
 ticas.

O principal país emissor é os Estados Unidos que aumentou
 mais de 18%.

Quanto ao aumento parece diminuir para o futuro foi bem
 concluído que os 15% mais ricos da humanidade consomem
 energia e recursos altíssimos que os restantes do mundo
 tiveram acesso de vida comparável os recursos seriam de 26
 planetas do tamanho da Terra. É isso prova mais uma
 vez que o homem é irresponsável por suas ações.

A ONU divulgou que em 2009 que foi destruído uma
 área do tamanho do território do Mato Grosso. Assim como
 na África que perdeu 4% de sua cobertura vegetal. Na
 América Latina 5% e os países de baixa renda caíram
 de 10% a 27% apesar de estarem protegidos.

O consumo de combustíveis quase 16% apenas Alemanha,
 Inglaterra e Luxemburgo não ultrapassaram seus limites.
 A maioria está ultrapassando um ritmo rápido de mais
 menos parentes mais próximos na área da avaliação
 deve disparar alguns 20 anos. O homem ultrapassou
 muito seus limites de exploração e cada pessoa pode
 explorar até 1,9 hectares qualquer recurso disponível, a
 super catástrofe meteorológicas e mais fortes, mas no
 vermelho.

"As ações citadas são verdadeiras e modo por falta
 para mudar preparação - se para super-las."

TEXTO 02

A Terra Nos Pede Socorro.

A Terra está passando por transformações, muitas delas causadas pela influência do homem. O homem está influenciando drasticamente no clima do planeta. Isso tudo está ocorrendo graças ao seu descuido com o meio ambiente.

Usando apenas lucros próprios está devastando florestas sem queimadas, exploração ilegal de madeira para a indústria de papel e de móveis. Sem florestas, a fauna e a flora serão destruídas, podendo trazer ainda mais problemas para os centros urbanos com a migração de animais da floresta para essa área, não só animais, mas insetos e doenças, grandes exemplos disso é a febre amarela a dengue e a malária, onde genes se encontram na floresta mas estão cada vez mais perto de nós. Sem florestas árvores conseqüentemente isso vai acarretar a poluição do ar. Com isso vai aumentar ainda mais os problemas respiratórios como bronquite, pneumonia, asma etc. Futuramente isso vai influenciar no IDHC (Índice de Desenvolvimento Humano) a expectativa de vida vai diminuir aos poucos, o mundo vai se tornar um lugar inóspito, podendo levar ao fim da existência humana na Terra. A emissão descontrolada ^{de gases} poluentes como o gás carbônico (CO₂). Esse descontrole faz com que aconteça todo o tipo de desastres naturais.

Estas ações do homem estão causando efeitos colaterais no mundo todo, onde antigamente havia

-ca do Sol tem inchado, onde antigamente era frio
 começou a aquecer. A temperatura da terra vem
 subindo a cada ano e conseqüentemente os rios vem
 derretendo isso faz com que o mar se eleva e perca
 sal, fazendo com que o Tom conta das áreas
 costeiras de todo o mundo e na pior dos hipóteses
 pode haver o desaparecimento de vários ilhos do
 Pacífico e a perda de sal faz com que ocorra uma
 grande desequilíbrio no ecossistema marinho.

Mas ainda há tempo de remediar essa situação
 com grandes idéias tais como o Tratado de Kyoto
 que visa diminuir a emissão de gases poluentes
 dos países com grande quantidade de emissão e
 obtendo um meio de se ter energia limpa e
 renovável. Reduzindo a emissão dos gases poluentes,
 colocando em ação medidas de se obter os
 gases, mas para isso precisa-se que todos
 fossem a sua parte tais como o governo, institui-
 ções privadas e a população para podermos para
 com o Aquecimento Global.

TEXTO 03

Todos os dias acompanhamos, na televisão, nos jornais e revistas os catastróficos climáticos e as mudanças que estão ocorrendo rapidamente no clima mundial. Nunca se viu mudanças tão rápidas e com efeitos devastadores como têm ocorrido nos últimos anos.

A Europa tem sido castigada por ondas de calor de até 40 graus centígrados, ciclones atingem o Brasil e milhares de desertos aumentam a cada dia, fortes furacões causam mortes e destruições em várias regiões do planeta e as calotas polares estão derretendo.

O que pode estar provocando tudo isso? O homem está destruindo a sua própria casa, o planeta, poluindo, desmatando, queimando e o mundo está respondendo a tudo isso como descongelando os gelos, polares, furacões destruindo cidades, desertos, enchentes, disse fita nosso netos não poderemos desfrutar do nosso planeta.

Mas quais são as consequências do aquecimento global?

Aumento do nível dos oceanos: com o aumento da temperatura no mundo, está em curso o derretimento das calotas polares. Ao aumentar o nível da água dos oceanos, podem ocorrer, futuramente, a submersão de muitas cidades litorâneas.

Extinção e surgimento de desertos: o aumento da temperatura provoca a morte de várias espécies animais e vegetais, desequilibrando várias ecossistemas. Somando os desmatamentos que vêm ocorrendo, principalmente em florestas de países tropicais (Brasil, países Africanos), a tendência é aumentar cada vez mais as regiões desérticas do planeta Terra.

Aumento de furacões, tufões e ciclones: o aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação da água dos oceanos, potencializando estes tipos de catastróficos climáticos.

Ondas de calor: regiões de temperaturas amenas têm sofrido com as ondas de calor. No verão europeu, por exemplo, tem se verificado uma intensa onda de calor, provocando até mesmo mortes de idosos e crianças.

TEXTO 04

A Terra em Alerta!

Todos sabemos o que está acontecendo com a Terra, o planeta esquentando, os oceanos estão em ebulição, os geleiros derretem, queimadas, enchentes em proporção e outras fenômenos naturais. A catástrofe é eminente.

Tudo isso está sendo causado por focos internos do sistema da Terra, a atividade solar e mais conhecido pelo resultado da atividade humana.

Segundo a Pesquisa Ipea 00, 12% do P.I.P. mundial seria gasto tanto pelas governos, para fomentar o desenvolvimento de tecnologias limpas, pelas consumidores, que precisariam mudar alguns de seus hábitos.

Embora digam que são causas naturais descontroladas no atual estado com outras do país não há dúvida explicitando o aquecimento global simplesmente o um fato.

O que devemos fazer para salvar nosso planeta? Será que basta falar? ou ajudar a conservar nossos patrimônios que são descendentes dos nossos descendentes, para isso melhorar, todos nós, a população, os governantes, precisamos nos conscientizar das questões relacionadas ao meio ambiente. É preciso tomar atitudes para frearmos estes catastrófes pois se nada for feito o tempo restante global pode aumentar entre 1,4c e 5,8c até 2100.

Para melhorar o sistema de fiscalização e multar as empresas poluidoras, construir mais estações de esgoto, controlar o uso de agrotóxicos... etc.

Apesar de tudo ser este bem tão precioso estes objetivos humanos estão sendo rompidos mesmo!

TEXTO 05

Aquecimento global um fenômeno destruidor

O aquecimento global é o fenômeno que está se espalhando em todo o planeta, ano após ano, e, com o decorrer de décadas, ainda neste século, veremos os efeitos negativos que nós seres humanos trouxemos à Terra. Existe uma série de descuidos do homem com o meio ambiente como o desmatamento, o uso de materiais e substâncias e uso gera o crescimento dos níveis de poluição na atmosfera, influenciando as mudanças climáticas.

O aquecimento global se constitui a partir desses descuidos entre eles a exagerada emissão de gases poluentes como o gás carbônico (CO_2). A falta de água potável na Terra também é uma das consequências, além do aumento de temperatura que se eleva a cada ano que passa. Portanto há várias soluções para salvar o planeta como trocar usinas hidrelétricas por usinas nucleares e espalhar dióxido de enxofre na atmosfera para bloquear parte dos raios solares mas todos esses planos levam um tempo extenso para se concretizarem e todos precisam de extrema colaboração financeira do governo para poderem ser postos em ação.

Portanto, os cientistas climáticos não têm dúvidas em afirmar que o impacto do aquecimento

nas mudanças climáticas: é enorme, causando ondas de calor antes nunca vistas, furacões incontroláveis, secas intermináveis, incêndios florestais e sem esquecer dos derretimento dos pólos, assim tornando-se um desafio se adaptar à iminência de novos e mais dramáticos desastres climáticos.

Nisto tudo, basta todos nos conscientizarmos e fazermos a nossa parte para salvarmos o planeta e frearmos de vez este fenômeno causado por nós, seres humanos, os principais culpados deste fenômeno destruidor.

TEXTO 06

(25/06/09)

O aquecimento global está ^{causando} com
 auto destruição, as pesquisas, pararam
 de aumentar cada vez mais, as pes-
 quisadoras alertam que o planeta
 sentiria no futuro o impacto do des-
 cuida do homem com o ambiente, e
 as catástrofes causadas pelo aqueci-
 mento global se tornou realidade, seja
 o que pode acontecer até lá.

O aquecimento global e a tempe-
 ratura local aumentou entre 1,4°C e 5,8°C
 até mais os meses, 1990. Estados Uni-
 dos, e os maiores emissores de gases, re-
 sponsável pelo efeito estufa, o efeito
 estufa acontece principalmente pela
 ação de dióxido, desde 1800 a
 concentração de dióxido de carbono
 cresceu na atmosfera, 30%.

A temperatura média do
 planeta subirá 4 graus até o
 fim do século, as pesquisadoras
 europeias e americanas afirmam
 que caso os calores pelas decréto,
 haverá elevação de cerca de 4 metros
 no nível dos oceanos, e a maioria
 das espécies atualmente a-

FORONI

meçados de estíngio



podem deixar de existir
nos próximos décadas.

→ Talvez, não fique tanto
preocupado, se cada um
fizer sua parte não
há uma tanta destruição.

TEXTO 07

O planeta pede ajuda

Indos de calor insuportáveis, furacões devastadores, secas devastadoras, meli, havia água em abundância, incêndios florestais, derretimento dos polos, graves fenômenos são a consequência de que nós humanos estamos fazendo com o meio ambiente. Apesar das evidências nós não estamos nos dando conta de que devemos mudar nossas atitudes para manter esse mundo.

As mudanças climáticas causam catástrofes e ocorrem devido a as maiores emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global, que vivem no Canadá, Unidos, União Europeia, China, Rússia, Índia sem citar vários indústrias que perdern o controle sempre querendo mais e mais e não sabem quando parar, resumindo as mudanças climáticas ocorrem devido a gases, furacões e tempestades, devastações florestal que nem acontecendo para cada vez mais difícil para filtrar e os poluidores.

No entanto, o mundo está se acordando por nossa causa e é melhor as pessoas se conscientizarem antes que seja tarde de mais.

TEXTO 08

Atenção, a Terra está aquecendo!

Muitos cientistas ainda discutem se o aquecimento global é causado pela natureza ou pela ação do homem, embora meteorologistas afirmem que o homem está ajudando a aumentar o fenômeno. Variações solar e vulcões levaram a um leve efeito de aquecimento, e o aumento das temperaturas pode causar outros problemas como o aumento do nível do mar.

O aquecimento global está acontecendo devido as queimadas que acontecem principalmente aqui no Brasil, a liberação de gases que fazem mal a saúde das pessoas. Elas nem se preocupam com as geleiras que estão derretendo, mas deveriam porque com o derretimento muitas coisas ficarão pingues, e isso não está muito longe de acontecer.

Como o aquecimento global cabe a nós fazer nossa parte, não desperdiçando água, não jogando lixo nos rios e economizando energia elétrica, quando for tomar banho desligar o chuveiro enquanto lava o cabelo, assim economizamos água e luz, quando escovar os dentes não deixar a torneira aberta.

Nós ajudem a ter um mundo melhor!

TEXTO 09

Mudanças Climáticas

O mundo está repletado com sinais das ações humanas em relação ao meio ambiente, está dando as suas respostas com furacões, secas, enchentes, incêndios florestais, derretimento das geleiras. Esses fenômenos, a causam a extinção da vida terrestre. Mas por que tudo isso ocorre?

Tudo isso está acontecendo por que o homem quer mais indústrias e derruba para construir mais indústrias. E em suas fábricas não há um processo de reciclagem.

E tem indústrias que botam produtos químicos em suas águas.

As enchentes acontecem pela má distribuição das correntes marítimas de distribuição a chuva e o bom clima mas se isso não acontece a chuva vai cair para um lugar ou outro as enchentes.

Mas nós podemos resolver isso fazendo a seleção do lixo parar para as famílias que a poluição pode causar grandes desastres para seus netos e bisnetos.

TEXTO 10

Mudanças climáticas.

A globalização é uma das principais causas das mudanças climáticas. O homem é incapaz de curar o que a natureza faz. A natureza não fala em palavras, mas sim demonstrando, seja ela esta sentindo como terremotos, enchentes e as secas. Se agora que as pessoas conseguiram curar e encher as consequências que causaram.

As consequências disso é o resultado de que o ser humano já fez e que está fazendo.

O homem está poluindo e aquecendo a camada de ozônio que derrete os polos e aumenta o nível do mar e diminui a costa e modificará o mapa. Isso não acaba.

As consequências dos terremotos, enchentes, secas e doenças pulmonares, respiratórias, gripes como a H1N1 que está causando muitas mortes e internações nos hospitais.

As pessoas devem se conscientizar de seus atos porque aqui elas fazem hoje o resultado nem amanhã. As consequências são graves e por isso todas as pessoas humanas devemos cuidar do planeta para que daqui alguns anos nossos filhos tenham um mundo melhor.

TEXTO 11

Terra em Alerta

summa: 3 d

O planeta esquenta e as catástrofes vêm, como ondas de calor, furacões, secas, enchentes, incêndios florestais, extinções de várias espécies de animais e derretimento dos polos.

Um gráfico da Veja, na internet, mostra vários mapas em que a terra muda de cor em função do Sal forte em 1981 em uma região era azul e verde e depois amarela e vermelha em 2100. Os especialistas já avisam há tempos que a Terra iria mudar, como eles já falavam até 2100 a água dos mares não subir 20 cm por causa que haverá mudanças climáticas sendo que geleiras estão derretendo e também a temperatura média vai subir 4 graus centígrados. As mudanças climáticas não variam, onde uma época tinha seca, agora tem enchentes, e onde a população sofria com enchentes agora sofre com grandes períodos de seca. Quem é responsável por tudo isso é o homem, com suas fábricas que poluem o ar, os lixos que poluem os rios e lagos e o desmatamento ilegal de árvores pois cada árvore cortada é ~~uma~~ vida jogada fora.

Portanto, precisamos que a Terra esteja se acabando por isso devemos cuidar dela. Se cada um fazer sua parte iremos ter uma Terra limpa e saudável para viver no futuro.

TEXTO 12

A Terra pede socorro!!!

Nosso planeta está pedindo socorro. Há furacões, enchentes, tsunamis, secas. O que está acontecendo com o planeta. A ação do homem está o destruindo e por causa disso ocorrem mudanças climáticas.

Devido ao aquecimento global a produção de alimentos está sendo comprometida, há desmatamento das belotas polares e o nível do oceano está subindo e inundando as terras costeiras e isso tende a ser agravado.

O desmatamento está aumentando em grande escala e isso é gravíssimo porque as árvores são responsáveis por filtrar o nosso ar. Para nós mudarmos isso devemos plantar mais árvores, regular o lixo, tratar o esgoto enfim tudo aquilo que for necessário para salvar o planeta devemos fazer, porque o planeta Terra é a nossa casa a nossa morada. Sabemos que no ano de 2070 nós devemos viver com uma quantidade de água mínima por dia isso é terrível para nós, por isso vamos preservar a Terra. Se não revertermos esse quadro, as alterações climáticas serão agravadas e as colônias destruirão a vida na Terra.

TEXTO 13

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A poluição e desmatamento, a falta de cuidado do homem com o meio ambiente estão entre as principais causas de aquecimento global devido a esse fenômeno a temperatura vem sendo alterada significativamente.

Doenças estão surgindo e matando milhares de pessoas a natureza está desaparecendo mesmo assim existem pessoas que não estão preocupados com isso mas nós temos que pensar na futura de nossos filhos, netos e bisnetos, vamos cuidar do nosso planeta.

Para impedir o aquecimento global temos que todos se ajudar mas a que prejudica mais é o desmatamento de tecnologias energéticas que emitem dióxido de carbono. Mas não é só isso há muitas coisas ainda pra fazer pra mudar o mundo novamente como por exemplo não jogar lixo nos rios, ruas e sim jogar na lixeira. Os carros também causam poluição ao meio ambiente, etc...

Todo dia que passa mais poluições aparecem e a mais culpada por isso é o homem pois aquela simples embalagem de salgadinho causa dano ao meio ambiente.

TEXTO 14

1) Planeta Terra em Risco.

1) Aquecimento Global é uma consequência da temperatura da Terra. Nos anos todos temos que nos conscientizarmos que se continuarmos assim, nós não vamos ter gelos, e também não vamos ter osursos polares e os outros animais, mas não vai afetar os animais como nós seres humanos, que não vai ter água potável.

2) Aquecimento Global é o resultado das ações do homem e ele já está presente em nossas vidas há vários anos. Aqui alguns anos, se não houver medidas urgentes, nós não vamos ter o gelo, para osursos, e não vai ter como eles sobreviverem, mas poucos seres humanos sobrevivem com tudo que já aconteceu e vai acontecer com a água. As principais causas do aquecimento global são provocadas pelo homem. Em primeiro lugar é o desmatamento em florestas. Em segundo lugar a poluição da ar por causa da queima de florestas e das indústrias. Em terceiro lugar está a queima de combustíveis fósseis gerando vários problemas a população e destruindo a camada de ozônio.

Para nós tentarmos diminuir estes problemas nós vamos ter que começar fazendo o

desmatamento e as poluições. Além tudo que está acontecendo, com o aumento do aquecimento global, no Brasil onde tinha rios, há enchentes, onde havia enchentes a rios, Thomas colaborou com o Planeta Terra, com a coleta seletiva de lixo, evitou a queima de combustíveis e muito mais coisas que nós podemos fazer.

Justo tudo é para nós se conscientizarmos com o que vai acontecer com o nosso Planeta Terra em mais alguns anos. Thomas tentou colaborar com pequenos ações, com o que nós podemos fazer, se todos um fizer a sua parte, podemos diminuir os efeitos desse fenômeno.